



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 065

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 065

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 08

Dep. Jocelito Canto 10

Dep. Douglas Fabrício 14

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Luiz Eduardo Cheida 16

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 07

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 11

Liderança do PP

Antonio Belinati 15

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 17

Liderança do PT

Tadeu Veneri 22

Liderança do Governo

Dep. Caíto Quintana 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

Redação Final 28

2ª Discussão 28

1ª Discussão 29

Requerimentos 33

Encerramento da Sessão 34

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 34

Diretoria Geral

Portarias 34

Comissão de Constituição e Justiça

Extrato 35

Atas de Comissões

Finanças 35

DIÁRIO Nº 065

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE JUNHO DE 2010**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Dr. Batista.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 15/06/10.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente na Sessão Plenária do dia 14 do corrente mês, devido ao fato de estar participando da Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) WILSON QUINTEIRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1987

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3º do artigo nº 185, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final

das matérias constantes da Ordem do Dia desta data que não tenham sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1984

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Ordinária de 16/06/10, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 219/10, que solicita aprovação para abertura de créditos adicionais até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei nº 16369, de 29/12/09. (Implantação do Programa RECAP - Programa Estadual de Recuperação Asfáltica de Pavimentos em Vias Urbanas nos Municípios do Paraná).

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento:

Nereu Mora, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto, Péricles de Mello, Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Tadeu Veneri, Rafael Greca, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Dr. Batista, Luiz Eduardo Cheida, Enio Verri, Wilson Quinteiro e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Padre Eugênio Dirceu Keller, ocorrido no dia 02/05/10.

Padre Dirceu, como era conhecido, era um Missionário Vicentino, Mestre em História da Igreja e um pregador de retiros. Sua vida sacerdotal sempre esteve conciliada com a de educador. Recém eleito Provincial da Congregação da Missão Províncias do Sul.

Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Homem simples, sereno e sempre disponível. Sacerdote exemplar. Cidadão do Reino de Deus.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe, pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1981

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Motin pelo falecimento do Sr. Ernesto Motin, ocorrido no dia 11/06/10, no Município de Colombo.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia a Sra. Maria Roseli Motin.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 1992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Alda Dall'Agnol Munaretto, ocorrido no dia 14/06/10, no Município de Bom Sucesso do Sul/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, Prefeito Municipal, Elson Munaretto.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser da Sra. Alda Dall'Agnol Munaretto, natural de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul, nascida em 05/03/33.

Mãe, com muito esmero e disciplina criou seus oito filhos: Irineu, Irini, Terezinha, Nereu, Joercio, Joice, Julcemar, Vilson e Elson. Mulher trabalhadora lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agricultura e paralelamente dona-de-casa.

Esposa e amiga, casada com o Sr. Jordan Munaretto desde 1950, juntos construíram uma vida. O casal veio para o Paraná em 1956 para residir na comunidade do Rio Elias e em 1962 mudou-se para o Distrito de Bom Sucesso, atualmente Município de Bom Sucesso do Sul.

Não é só a família que se enlutou pelo passamento, mas toda a comunidade de Bom Sucesso do Sul. A Sra. Alda soube em vida cativar simpatia e respeito de todos. As pessoas que conviveram com ela, principalmente seus familiares, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

O seu falecimento abre uma coluna que será sentida por todas as pessoas de bem, mas ficam suas ações, seus gestos fraternos. Seus filhos e parentes terão um

legado para preservar, que foram os ensinamentos deixados pela falecida.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares da Sra. Alda Dall'Agnol Munaretto.

REQUERIMENTO Nº 1993

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Elvira Thomé Zanin, ocorrido no dia 10/06/10, no Município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, Genecy Zanin Cazella.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É impossível definir em poucas palavras a forma de ser da Sra. Elvira Thomé Zanin, que foi um exemplo claro de uma vida dedicada ao trabalho e à família.

Mulher guerreira, tirava da terra o seu sustento e de sua família. Ficou viúva jovem ainda, porém não se intimidou e lutou bravamente para sustentar e criar com muito esmero e disciplina seus oito filhos: Genecy, Neiva, Vanderlei, Ney, Gelavir, Justina, Zeli e Marilene (in memoriam).

Católica e devota de Santo Antônio, fez da sua vida uma lição de humildade e de amor ao próximo. Natural do Rio Grande do Sul, que na sequência adotou o Paraná como seu Estado e Guaraniaçu como seu Município. Residiu durante 45 anos na zona rural, em Barbaquá, e desde o início conquistou a simpatia, o respeito e amizade dos que ali viviam.

Dona Elvira soube, como ninguém, viver intensamente cada momento, de forma centrada na sabedoria que os anos lhe outorgaram. Porém, como a vida é uma passagem, ela cumpriu a sua missão e nos deixou. Ficam as boas lembranças, ficam as boas lições, ficam as sementes de amor que ela espalhou por onde passou que, com absoluta certeza, vão gerar belos e bons frutos.

Neste momento de pesar, nos juntamos ao sofrimento dos seus familiares e amigos. Porém, a fé cristã nos assegura que dona Elvira nos deixou temporariamente, uma vez que o reencontro é certo.

Que Deus no seu amor infinito receba dona Elvira na sua morada eterna e, ao mesmo tempo, console o coração de todos que sofrem com a partida de um ente querido.

Que Deus ilumine a todos.

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Entre Rios do Oeste, pela comemoração do 1º aniversário da Emancipação Política e Administrativa, no dia 18/06/10.

Graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira e toda sua população até os dias atuais, que fez e faz crescer e desenvolver aquela terra e sua gente, Entre Rios do Oeste, hoje com 17 anos e um Município integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto com suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Entre Rio do Oeste. Parabéns Entre-rienses.

Requer ainda, seja oficiado às autoridades relacionadas, o teor da manifestação desta Casa de Leis, nas pessoas de Elcio Luiz Zimmermann, Cláudia A. H. Mazieri e Edo Miguel Schlindwein.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Santa Tereza do Oeste, pela comemoração do 21º aniversário da Emancipação Política e Administrativa, no dia 12/06/10.

Graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira e toda sua população até os dias atuais, que fez e faz crescer e desenvolver aquela terra e sua gente, Santa Tereza do Oeste, hoje com 12 anos e um Município integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto com suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Santa Tereza do Oeste. Parabéns Santaterenezenses.

Requer ainda, seja oficiado às autoridades relacionadas, o teor da manifestação desta Casa de Leis, nas pessoas de Amarildo Rigolin e Julina Soares de Oliveira Marciniak.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Movimento de Irmãos pelos 40 anos.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Movimento de Irmãos pelos 40 anos, que teve sua origem na Paróquia Nossa Sra. de Guadalupe em Curitiba, quando o Pároco Monsenhor Bernardo José Krasinski idealizou um meio de formar em sua comunidade de irmãos um ambiente fraterno na vivência do Evangelho. Hoje é uma congregação de cristãos, irmãos em Cristo que buscam viver em comunidade fraterna, formando uma verdadeira família que objetiva ir muito além da presença dominical nas missas. Colocando-se a serviço da Igreja e interagindo-se nas diversas pastorais, missão dos encontristas, faz da família sua principal meta. Os Conselheiros do Movimento representam o verdadeiro objetivo de todos os membros que se espalharam por outras paróquias de Curitiba, do Paraná e de outros Estados, sendo homenageados os seguintes membros.

São homenageados os casais:

- José e Jaíra Vidotti; Deolinda Lustosa e Levy (*in memorian*); Celso e Teresa Almeida; João Matias e Maria Celina de Carvalho; Juvenal e Sirlei Melech; Antonio Simeão e Ana Maria F. Rodrigues; Evilton e Maria Aparecida Carazzai; Laertes e Ildinéia Carneiro; Geraldo e Ivonete Barcelos; José Luiz e Maria da Graça Gusso da Costa; Wilson e Glóroa L. Xavier Pedro; Eron e Rosi M. B. do Prado; Osny e Nice Mira Moreira; Wilson e Eron-dina Zanini; Romildo e Ana Cristina G. Marques da Silva; Carlos Mantovani e Cleonice Terezinha Witkowski; Luiz Carlos e Deonilda J. Oliveira.

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Fani Frischmann Aisengart.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Fani Frischmann Aisengart, formada em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, optou pela carreira da medicina laboratorial, criando junto com seu marido, o laboratório Frischmann Aisengart que neste ano completa 65 anos de fundação, mesma data em que completa 89 anos de vida. Oferecendo serviços rápidos, seguros, eficazes e humanizados em sua área, tornou-se uma referência na sociedade. Tratando regularmente e efetivamente dos enfermos, é uma conservadora e restituidora da saúde humana, destacando-se entre seus pares.

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Marcos Alves da Silva.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Marcos Alves da Silva, advogado, professor e coordenador do curso de direito da Universidade Positivo, que dá suporte operacional a instituição através de seus vastos conhecimentos jurídicos, demonstrando aos mestres e alunos, o propósito da imparcialidade e da objetividade da aplicação da Justiça.

Tendo como princípio a ética e a prestação jurisdicional correta, de forma justa, imparcial, rápida e sábia, eleva o nome da Universidade, tornando-a referência nacional.

REQUERIMENTO Nº 1989

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de moção e aplausos à Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO pela comemoração de seus 20 anos.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Magnífico Reitor Professor Vitor Hugo Zanette em Guarapuava e também ao Exmo. Sr. Diretor Mario Umberto Menon do *Campus* de Irati para que em nome do Poder Legislativo cumprimentem professores, funcionários, alunos e colaboradores desta importante universidade.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A UNICENTRO é resultado da união dos esforços empreendidos pelos cidadãos paranaenses, atuando como força motriz do desenvolvimento social e intelectual do Paraná.

A Universidade possui cursos importantes de graduação e pós graduação nos Municípios de Guarapuava e Irati, onde merece papel de suma importância também no campo de pesquisa e extensão. Ainda, mantém trabalho de educação nos Municípios de Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Chopinzinho.

A presença da UNICENTRO transformou a sociedade paranaense, combinando a atuação intelectual da academia com os anseios e demandas das regiões em que atua.

A Assembleia Legislativa do Paraná vem homenagear os professores, funcionários, colaboradores e alunos que trabalharam para transformar a UNICENTRO em instituição de referência na educação do País.

REQUERIMENTO Nº 1988

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Orlando Pessuti, solicitando ao mesmo a liberação de recursos financeiros para a ampliação do Galpão Comunitário da Vila Rural Prefeito Antônio Sarrão, no Município de Cruzeiro do Sul.

Trata-se de obra indispensável para o trabalho da comunidade e necessita do apoio do Governo do Estado

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1983

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas a este Parlamentar as seguintes informações relativas às verbas destinadas aos Blocos e Lideranças Partidárias desta Casa de Leis:

- Quantos e quais os Blocos e Lideranças existentes atualmente nesta Assembleia Legislativa?

- Quantos e quais os valores dos cargos disponibilizado para a contratação de pessoal em cada Bloco ou Partido?

- Existem outras verbas destinadas a esses Blocos e Partidos? Quais?

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 275

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É denominada de Amigo Professor Octávio Ulysséa, uma escola estadual, ainda não nominada.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Educação do Paraná, deve escolher uma escola, que faça parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Elton Welter e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O professor Octávio Melchiades Ulysséa, fundador das Faculdades Integradas Espírita, falecido no dia 11/06/09, filho de uma família de músicos e professores, ele foi esportista, militar e professor, mas principalmente, pautou sua existência pelo Título de Amigo, estimulado pelo sentimento de ter sido escolhido como Amigo da

escola de Laguna-SC, onde fez seus primeiros anos escolares, por isso propondo que a escola seja denominada Amigo Professor Octávio Ulysséa, ensinamentos, esse adjetivo pautou toda sua existência, neste plano, graduado em História, Geografia e Sociologia, Política e Administração Pública, mestre em Orientação Educacional e em Sociologia, começou a lecionar em 1961.

Foi docente da Universidade Federal do Paraná durante 24 anos, onde era titular da cadeira de Sociologia Brasileira. Também atuou no Colégio Militar do Paraná e no Ensino Superior, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Joinville e na Faculdade de Artes do Paraná dentre outras.

O projeto da Faculdade Integrada Espírita foi idealizado há mais de 40 anos, juntamente com sua esposa e um grupo de amigos. O embrião da instituição foi o Centro Social de Educação André Luiz que atendia em média 700 crianças gratuitamente.

Após vários anos de experiência educacional é que finalmente em 1974, o sonho concretizou com formação do Campus Universitário Bezerra de Menezes e consequentemente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, que em 1997 tornou-se Faculdade Integradas Espírita.

Recebeu em vida diversas homenagens, como: Medalha Mérito Alvorada - Diploma do Governo do Distrito Federal, em 16/10/87; Honra ao Mérito da Reitoria Federal da Universidade Federal do Paraná, pelo 65º aniversário da Fundação UFPR em 19/12/77; Diploma de Louvor da Câmara Municipal de Curitiba, em 10/11/98; Prêmio Cidade de Curitiba pelos serviços prestados a comunidade curitibana, em 30/03/95; Título Agente de Ternura da Câmara Municipal de Curitiba, em 25/09/94.

Com essa vida maravilhosa, capaz de nos ministrar ensinamentos e com uma atenção dedicada a todos, o professor Ulysséa, faz justa essa homenagem e a importância de nominarmos uma escola com seu nome, contribui para a reflexão da comunidade escolar, que se beneficiará com essa homenagem.

PROJETO DE LEI Nº 276
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, com sede no Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O Lar dos Velhinhos Frederico Ozanam, fundada aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de um mil e novecentos e setenta e oito (28/04/78), contando, pois,

com aproximadamente 32 (trinta e dois) anos de existência, vem desenvolvendo constante trabalho na prestação de assistências beneficentes, caritativa e de assistência social.

Trata-se de uma Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 77.645.66-0001-97, cujo objetivo principal é a prática de caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especialmente manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental, proporcionando-lhes assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental. Pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 277
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Solidariedade Sempre - ASS, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Solidariedade Sempre - ASS é uma entidade da organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo contribuir para a formação de um mundo mais digno, saudável, criativo e solidário, mediado por oportunidades e práticas sócioeducativas.

A ASS se dispõe a instruir seus educandos com hábitos, princípios e valores, preparando-se ao pleno exercício da cidadania, do voluntariado e da criatividade, cujo objetivo central está em ensinar a cada um que busquem ser sujeitos de sua própria história, através da promoção da assistência social, da cultura, do desenvolvimento social e econômico para combater a violência e assim assegurar os direitos fundamentais para uma sociedade melhor.

Tem por objetivo também conscientizar os educandos da importância da família, da escola, da comunidade e do viver sem violência, fortalecendo, desde modo, os vínculos familiares e comunitários por meio de ações de proteção, educação e lazer de adolescentes, oferecendo atividades em grupo, na perspectiva da inclusão social.

Para que a Associação Solidariedade Sempre - ASS possa fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 278
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Lar São Vicente de Paulo de Riberão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Lar São Vicente de Paulo de Ribeirão do Pinhal, doravante denominado simplesmente obra unida, é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social sem fins econômicos, que tem por objetivo a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana.

O Lar São Vicente de Paulo busca proporcionar atendimento integral às pessoas idosas ou com necessidades especiais desprovidas de vínculos familiares ou sociais, através de atividades que desenvolvem sua autonomia, proporcione conforto e segurança, bem como uma melhor qualidade de vida.

Para que Lar São Vicente de Paulo possa fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 279/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado no calendário oficial do Estado do Paraná o Dia do Rio Iguaçu, a ser comemorado no dia 17 de novembro.

Art. 2º O Poder Público, em conjunto com a coletividade, promoverá eventos alusivos à data com a finalidade de fiscalizar a qualidade da água, apresentando e assegurando soluções para a preservação e conservação dos processos ecológicos essenciais à sadia qualidade de vida, em meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo Único - As escolas incluirão o tema nos respectivos programas, com lições sobre a importância da preservação dos mananciais de água.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

No dia 17/11/86, o Parque Nacional do Iguaçu foi considerado, pela UNESCO, Patrimônio Mundial.

Excelente data para se enaltecer a importância o rio Iguaçu para o Paraná, pois é o maior rio do nosso Estado. Nasce próximo a Serra do Mar, em Piraquara, com o nome de Iarizinho e percorre no sentido leste-oeste 1320 km até formar as maravilhosas Cataratas do Iguaçu, separando o Brasil da Argentina. Após esse espetáculo, o Rio Iguaçu segue seu rumo, encontrando o Rio Paraná e formando assim a magia das Três Fronteiras, representando o convívio harmonioso de três Países vizinhos.

O projeto Águas do Amanhã, lançado pela Rede Paranaense de Televisão - RPC, tem como objetivo principal sensibilizar e mobilizar a comunidade para os problemas da bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, que, na região de Curitiba, tem suas águas poluídas.

Seguem anexos dados sobre a bacia hidrográfica do Iguaçu e também poema de autoria do Deputado Estadual Rafael Greca ao rio Iguaçu.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho andado na Cidade de Curitiba, sobretudo reencontrando os velhos companheiros na luta, que foram conosco enquanto eu ocupava o cargo da Secretaria de Esporte e Lazer da Cidade, e tenho encontrado nas regionais os gerentes, tenho conversado com os professores, tenho visto como está a Cidade de Curitiba em relação ao esporte. Ainda hoje, pela manhã, estive na praça Arthur Bernardes, no Santa Quitéria, e assisti e conversei com as pessoas que estão praticando o esporte através das academias ao ar livre que nós, na nossa gestão, começamos em Curitiba, onde tivemos uma emenda federal do Deputado Rosinha, e começaram então as primeiras 10 academias.

Eu falava, agora há pouco, com o Secretário de Esporte e Lazer, que na minha época era o Superintendente da Secretaria, o Rudimar Fredrigo, e também com o Sandro, que é Diretor da Linha do Lazer, Sandro Mazalli, e eu conversando com eles, com o Caxias, com o

Celso, enfim, o que se verifica é que a consciência popular em relação ao esporte aumentou demais. O Rudimar me dizia que as primeiras academias foram instaladas e a solicitação da população de Curitiba para que se instale mais academias é tanta que hoje estamos com um projeto de mais de 130 academias ao ar livre.

Então, tive um prazer muito grande de atender a convocação do então Prefeito Beto Richa para ocupar essa pasta, que é tão importante para a saúde das pessoas, porque o esporte faz com que as filas dos postos de saúde diminuam, porque o cidadão, praticando esporte, ele está adquirindo, com certeza, saúde. Eu me lembro que no nosso período investimos em tantas modalidades do esporte, por exemplo, criamos os primeiros jogos femininos de Curitiba, onde no dia do lançamento mais de 3 mil mulheres estiveram presentes. Na inscrição das 11 modalidades, que na época praticamos, mais de 6 mil mulheres se inscreveram para praticarem futebol, futsal, peteca. Aliás, a quadra que fizemos no Parque Barigui, de peteca, vem sendo utilizada com frequência muito grande entre os praticantes.

Criamos o Centro de Desenvolvimento de Basquetebol, onde convocamos as ex-campeãs mundiais, Dalila, Joice, Rolando, para que escrevessem uma metodologia, para que pudéssemos incluir as crianças na prática do basquetebol.

Criamos um convênio com o Clube Atlético Paranaense, onde mais de 3 mil crianças praticavam e praticam até hoje o esporte, com a parceria com esse clube, quando ele fornece o professor de educação física, o material e as crianças acabam praticando um esporte no contraturno escolar.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

Conseguimos, naquela oportunidade, graças ao apoio decisivo do então Prefeito Beto Richa, em Brasília, R\$ 6 milhões e 100 mil, para investimento em obras a favor do esporte de Curitiba. Tivemos também o apoio do Deputado Federal Afonso Camargo, que conseguiu uma emenda junto com o Deputado Roveda e o Senador Osmar Dias, de R\$ 1 milhão e 800 mil para a reforma de construção do Pedro de Almeida, do Bairro Alto.

Quando saímos da Secretaria, deixamos o dinheiro na Caixa Econômica Federal e também o projeto pronto. Não sei hoje como anda a questão dessa obra. Mas também deixamos dinheiro para a construção do clube, um campo de futebol municipal, lá no Cajuru, ao lado do Peladeiro.

Enfim, vários recursos ficaram disponíveis para a construção de muitas obras. Conseguimos instalar, junto com o professor Rudimar Fredrigo, lá no Tatuquara, mais especificamente no bairro Santa Rita, onde existiam dois barracões que já não eram utilizados pela Prefeitura, conseguimos um esforço conjunto com as Secretarias de Obras, do Meio Ambiente e do Esporte e Lazer colocar

uma academia, que talvez seja modelo para o País. Uma academia que oferece ao povo, de graça, artes marciais, musculação e professores de educação física que orientam os nossos alunos e aqueles que gostam de praticar o esporte.

Trabalhamos forte para ver realizado e construído o Clube da Gente, no Bairro Novo. É uma realidade hoje e mais de 3 mil pessoas, sobretudo os idosos, aqueles que mais precisam de orientação na natação, com nove raias, com atendimento de profissionais para dar a oportunidade para que pratiquem natação, melhorando assim a sua saúde.

No nosso período, graças ao então Prefeito Beto Richa, contratamos mais profissionais para a área do esporte e lazer. Essa área há de ser vista com os olhos dos nossos Governantes, com mais atenção. Porque vejo que o esporte e o lazer ocupam menos de 1% do orçamento municipal, estadual ou federal, quando devíamos investir mais no esporte para prevenir, para dar à população um espaço público para que pratique o esporte. Nós tínhamos que investir mais no vôlei, no basquete, no futsal, enfim, em todas as modalidades esportivas.

No nosso período demos inclusive material esportivo para as academias de artes marciais para estimular esse esporte na Cidade de Curitiba. Sabemos que Curitiba é a Cidade modelo em termos de prática das artes marciais. O então Secretário Rudimar Fredrigo é da área, professor e mestre, ele sempre deu muita atenção para as artes marciais de Curitiba.

Quero então pedir ao Prefeito Luciano Ducci para que invista maciçamente no esporte, para que dê a resposta àquelas pessoas que estão pedindo um espaço, uma quadra coberta, um professor, um orientador, um estagiário que seja para orientar as pessoas que querem praticar o esporte.

Nós, na época, fizemos convênio, inclusive com o Banco Central aqui na Mateus Leme, para que pudéssemos utilizar aquele ginásio de esportes, aquele espaço físico para que as pessoas pudessem praticar o esporte dentro de um espaço onde não caia chuva nem faça frio.

Então, Deputado Rafael Greca, que foi o que criou a Secretaria de Esporte e Lazer de Curitiba, enquanto Prefeito de Curitiba...

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Olha, Deputado Neivo Beraldin, as Ruas da Cidadania têm quadras cobertas, as escolas tem quadras cobertas, as escolas públicas municipais e estaduais, devem ser mais ou menos 350 em Curitiba, e imagino que umas 950 na Região Metropolitana de Curitiba.

Agora, o ideal seria haver um programa paralelo de animação dessas quadras cobertas com monitores e professores de educação física, inclusive nas praças.

Houve um tempo em que a Alemanha fez isso - as praças alemãs para superar a depressão, tanto da Primeira

Guerra, como da Segunda Guerra, passaram a ter professores de educação física orientando a juventude no sentido do esporte. Parece-me que este esforço deve ser retomado, porque não podemos construir uma sociedade sobre uma muralha de pedras de crack, o número estarrecido de 2 milhões de pedras de crack, 2 milhões de pedras de crack apreendidos ano passado em Curitiba, faz crer que é preciso investir no esporte.

Hoje pela manhã soube de uma coisa também estarrecidora, que o crack chega as Cidades da Região Metropolitana comercializada a partir do CEASA, que se transformou num ponto de tráfico de drogas e que as Cidades pequenas como Mandirituba, Campo do Tenente, Lapa, recebem a droga já na caixa de verdura que volta vazia. Não pode haver nada mais triste que a Central que alimenta para a vida se tornar uma central da morte.

Eu chamo a atenção da Polícia sobre isso.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Rafael Greca, por quem tenho um profundo respeito e admiro muito a sua volta aqui na Casa.

E então, Deputado Rafael e demais Deputados, quem pratica esporte não usa a droga, quem pratica esporte preserva a saúde, quem se prepara para uma competição esportiva, seja de muay-thai, judô, caratê, futebol, futsal, vôlei, basquete, não usa droga porque sabe que precisa estar com o físico, com a mente e as emoções perfeitamente equilibradas, isso é fundamental para aqueles que praticam esporte. Aqueles que competem e aqueles que praticam exercício regular, são aqueles mais saudáveis e não vão se envolver no mundo das drogas. Portanto vamos investir no esporte que é inclusão social, o esporte é uma maneira de fazer com que a juventude se encontre num campo positivo.

Vejo Londrina do Prefeito Barbosa Neto, investindo fortemente no esporte, as academias ao ar livre em Londrina. O Prefeito Barbosa Neto me disse que a demanda é tanta, que a população quer tanto que ele não para de colocar academias ao ar livre na Cidade de Londrina. Inclusive eu fui junto com o Prefeito na inauguração de uma academia num Distrito, Guaravera, então se ocuparmos este tempo aqui para falarmos da importância do esporte ainda é pouco. Se conseguirmos mudar a filosofia dos Governos, tanto Federal, Estadual e Municipal e investir mais no esporte estaremos dando um passo muito grande para eliminarmos essa epidemia que temos no País, a geração do crack.

Sras. e Srs. Deputados, faço uso da tribuna nesta Sessão para destacar o esporte em Curitiba, para destacar o empenho do esporte em Londrina, para destacar os Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, que já entendem que é importante investir no esporte, é importante dar oportunidade à terceira idade que precisa alongar-se, que precisa orientação para alongar-se, precisa ter orientação para praticar o exercício físico, que precisa

que os orientadores, os professores se façam presentes para dar alento àqueles que querem saúde!

Concedo o aparte ao Deputado Duílio Genari.

O Sr. Duílio Genari (PP)

V. Exa. está falando de academias de Londrina e eu queria apenas comunicar e dizer que nosso Prefeito, José Carlos Scavinatto, já instalou 36 academias ao ar livre em Toledo e tem previsão de mais 18 academias.

Acho que é uma atitude exacerbada pelos nossos Prefeitos, a maioria dos Prefeitos está instalando academias para terceira idade, enfim para o povo dos bairros.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço o aparte, Deputado Duílio e cumprimento o Prefeito de Toledo, aliás cumprimento todos os Prefeitos do Paraná que estão investindo neste setor. As academias ao ar livre surgiram em Maringá e eu queria aproveitar e passar um recado aos Srs. Prefeitos: que façam como eu fiz quando fui Secretário de Esporte e Lazer em Curitiba, deem um pulo em Brasília, falem com seu Deputado Federal ou Senador e peçam emenda para o investimento na área do esporte. Porque só assim o Ministério do Esporte terá mais recursos para o investimento do esporte.

Quando fui Secretário de Esporte e Lazer de Curitiba, apenas um ano, consegui junto aos Senadores e aos Deputados Federais, R\$ 6 milhões e 100 mil, para o Município de Curitiba.

Então, Srs. Prefeitos façam o mesmo. A melhor maneira de agradar e atender o cidadão é investindo no esporte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus0)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente queria me dirigir a V. Exa., primeiro lugar li no jornal hoje que a Câmara de Ponta Grossa está solicitando a destinação do título que V. Exa. recebeu de Cidadão de Ponta Grossa.

Nunca vi isso na história do Parlamento, homenagear alguém e retirar a homenagem depois. Sinceramente, primeira vez que estou vendo isso. Não conhecia essa questão no Poder Legislativo. Deputado Belinati, V. Exa. que é o nosso Deputado que tem muita experiência, quando tinha três anos V. Exa. já era Vereador em Londrina. Desconheço em algum Parlamento deste País, que alguém tenha pedido para destituir um título. O Deputado Greca que é muito estudioso, é um profundo conhecedor das notícias também poderia me dizer se alguma vez ouviu falar disso. Nunca ouvi falar que

alguém deu uma comenda e, depois tira. Mas isso aconteceu agora, em Ponta Grossa, motivado não sei porquê.

Quero dizer a V. Exa. que com tudo que tem acontecido aqui na Casa, com tudo que estamos passando, que é evidente que isto está sendo investigado, analisado, Justiça, Ministério Público. V. Exa. quando Secretário do Governo Lerner fez por merecer aquele título. Porque a pessoa pode fazer 10 coisas boas e às vezes se descuida de uma e tudo de bom que ele fez passa a ser ruim, a partir de um ato que quem sabe tenha ocorrido. V. Exa. quando Secretário nos ajudou a conquistar as maiores indústrias que estão instaladas hoje, no solo de Ponta Grossa.

Respeito a decisão que a Câmara vai tomar, porque é um Poder independente. Os Vereadores de Ponta Grossa podem tomar a decisão que quiserem, mas eu continuarei a homenagear por estes bons serviços que V. Exa. prestou quando Secretário de Ponta Grossa. Lembro-me das coisas boas que aconteceram em Ponta Grossa. A revolução industrial que aconteceu a partir, de que um cidadão que era secretário lembrava das suas raízes com a Cidade, com a terra da sua família. Por esse motivo, fez com que algumas indústrias fossem levadas para Ponta Grossa.

Eu não retiro o título que foi dado a V. Exa., mantenho pelas coisas boas que V. Exa. fez por Ponta Grossa. Não é agora, porque o momento... Vamos acabar. As coisas boas acabaram. Não, as coisas boas permanecem. Todo mês elas estão no cofre da Prefeitura de Ponta Grossa, quando a arrecadação do Município.

Então respeito à opinião da Câmara Municipal, não vou exigir que eles façam o que eu quero. Mas vou me posicionar que o senhor para mim, pelo trabalho prestado pelo Secretário Estadual de Indústria e Comércio foi um excelente Secretário e me ajudou como Prefeito a trazer obras, indústrias que modificaram a história de Ponta Grossa. Entre elas uma Sadia, uma Tetrapak, uma Macisa, uma Continental do Brasil e outras fábricas que vieram a Ponta Grossa.

Por isso, Presidente, receba a minha solidariedade em relação a isso. V. Exa. fez coisas boas e receba o meu apoio.

É claro, Presidente, que tem coisas boas e coisas ruins. A boa era lhe dar esse apoio por esse momento que V. Exa. merece no meu ponto de vista.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

O outro motivo é que quero pedir ao senhor como Presidente da Casa que estou um pouco preocupado, porque estamos vivendo uma nova era aqui na Assembleia e essa nova era tem uma preocupação aqui. Primeiro, nós sempre fomos acusados aqui, de que nós não fiscalizamos as contas da Casa. Temos que assumir isso, nós nunca fiscalizamos é verdade. Nunca cobramos nada e isso precisa mudar. Se não mudar, daqui a pouco vão

dizer para nós que estamos errados e persistir no erro é burrice. Acho que aqui não tem nenhum Deputado burro ou mal intencionado.

Presidente, primeiro não vou concordar com V. Exa. com esses cargos da administração. Isso aqui o senhor vai me desculpar, mas mais de 258 cargos da administração? Quem são essas pessoas que estão na administração. Para quê a Assembleia precisa de 258 cargos na administração e de onde vem esses cargos?

Foi feito um acordo que a partir de agora todos os cargos seriam 23 por gabinete, as lideranças, as comissões e nada mais. De onde é que vem 258 cargos da administração?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito vou economizar o seu discurso até para que não polemizemos as coisas. É muito claro que tudo isso que está hoje com a maior transparência possível, estamos publicando exatamente tudo isso. O que falta Deputado Jocelito é que se coloque as pessoas nos seus devidos lugares. Precisamos de um pouquinho mais de tempo para termos o nosso organograma funcionando, por exemplo, os nossos fotógrafos, garçons, cerimonial, todas essas pessoas que estavam lotadas em gabinetes, seja na Presidência, na 1ª Secretaria estão sendo todos realocados e colocados. Alguns serão aposentados, temos já 59 que foram colocados.

Pode ter certeza Deputado Jocelito Canto, que ninguém mais do que essa Presidência quer transparência muito clara. A nossa Diretoria Geral nos ajudando muito com o departamento de pessoal para que tudo isso fique muito claro, não fique uma dúvida sequer. Poder ter certeza que V. Exa. vai ter esses dados muito claramente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não tenho dúvida. Eu acho que a administração não precisa de 258 cargos. E queria perguntar também à Mesa Executiva se algum cargo que estava em gabinete de Deputado foi para a administração. Se foi é ilegal. E se eu souber quem foi eu vou denunciar. Já vou avisando. Não é justo que cargos que saíram de gabinete venham para a administração. Foi combinado que era 23 o número máximo e não pode ser ajeitado mais coisa aqui dentro. Tem que parar o jeitinho de antigamente. Acabou a Farra do Boi. Não pode mais isso. O senhor está pagando aí. O senhor está pagando muito caro, então o senhor não pode permitir que tenhamos aqui 258 cargos e não sabe o que é. O garçom é cargo em comissão, então tudo bem.

Como é que para nós exigem que coloquemos lá os nossos cargos do gabinete o nome e onde que está. Porque não coloca as lideranças, não diz a liderança dos partidos, porque só liderança. Que partido que tem tanto cargo? Acho que o Deputado Durval já podia ter feito isso, já podia ter colocado essa liderança é do partido tal. Temos que parar se não daqui a pouco nós vamos levar mais pau, e com razão. Não precisamos de 258 cargos em

comissão aqui dentro. Temos quase 500 cargos efetivos nesta Casa, a Casa tem 500 funcionários. Será que esses 500 funcionários não podem tocar a administração da Casa? Tudo bem vamos dizer que não podem, não comporta. Então tudo bem, vamos contratar mais 20 em Comissão, 30, 40, 50. Vamos pegar 50 cargos em comissão é bastante. Mas não precisa 250 cargos que não sabemos quem é, de repente entre essas pessoas tem gente boa, mas a Assembleia não pode ter na administração 258 cargos em comissão. Isso é ilegal. Agora vai ficar mais ilegal ainda e eu vou investigar. Se tem um compromisso que os outros assumem aqui, todos devem ser respeitados. Temos um compromisso de que ninguém teria mais de 23 cargos nesta Casa, Deputado nenhum. Agora, se algum Deputado colocou cargo nessa administração eu vou descobrir, e seja quem for eu vou entregar aqui. Não é justo isso. Alguns se sacrificam e outros podem ter mais. A Assembleia não é mais o que era, a Assembleia do passado morreu, não é mais o que era. É Assembleia nova, a Assembleia do passado morreu! Chega! Estamos morrendo junto, alguns precisam entender que acabou, que temos que começar vida nova.

Sr. Presidente, volto a dizer que a Assembleia não precisa de 258 cargos em comissão. Nós já temos 1 mil. Pelas minhas contas, temos 1 mil e 100 a 1 mil e 200 dos Deputados. Cada Deputado tem uma média de 20, da 1 mil. Para que mais cargos? Para apanhar? Para beneficiar o Deputado? Alguns vão ficar brabos comigo, podem ficar, mas eu não acho legal que um Deputado tenha um cargo a mais do que eu. Nenhum pode ter. Não interessa se tem 100 anos, 50 anos, 10 anos, um mandato, dois mandatos. Isso não existe aqui, de ser mais velho ter mais direito. Não está escrito isso em lugar nenhum na lei, que o Deputado mais antigo, tem mais direito que os mais novos que estão aqui. Isso acabou! Fase nova! E se o senhor não fizer, Presidente, o senhor vai pagar. E o senhor sabe que o senhor fica sozinho aí, se ferrando, fica sozinho pagando. Paga sozinho porque o ordenador de despesa é o senhor e a Mesa.

Então, Sr. Presidente, desculpe-me o desabafo mas não podia deixar de fazê-lo, porque o que combinamos não é caro, combinamos que seriam 23 por Deputado e ninguém ousaria passar dessa marca. Nós combinamos.

Agora, se tem cargo na administração que foi ajeitado, isso se chama improbidade administrativa e aí manda o GAECO, porque aí tem que investigar. Isso porque combinamos que agora as coisas seriam dentro da lei, certinho, tudo como quer todo mundo. Agora, se alguém nomeou cargo de gabinete na administração, vou descobrir e é V. Exa. quem vai pagar, porque é o responsável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, sou obrigado e lhe interromper e tenho a impressão de que o aparte que o Deputado Elton Welter queria fazer é exatamente em cima disso. O PT e alguns membros da Mesa fizeram esse questiona-

mento à Mesa e nós, na reunião da Mesa de ontem, explicamos com muito cuidado para que isso efetivamente não ocorra.

Posso garantir a V. Exa., Deputado Jocelito Canto, que foi feito um trabalho muito sério pelo Deputado Durval Amaral no que diz respeito à questão dos funcionários comissionados, e V. Exa. me apresenta um requerimento que faço questão de responder no que diz respeito aos blocos, às lideranças, às verbas destinadas aos blocos e partidos, tudo isso muito claramente, porque tudo isso tem que estar no nosso site, tem que estar publicado diariamente no Diário Oficial do Estado, não é nem no nosso Diário Oficial.

No que diz respeito a essa questão dos comissionados, posso garantir a V. Exa. que estamos tomando todo o cuidado para que isso não ocorra. Nós inclusive, não só na questão dos efetivos, onde estamos com algumas dificuldades no que diz respeito ao cadastramento, até isso nós estamos trabalhando, o nosso pessoal do departamento de pessoal e da diretoria geral, para evitar que incorramos nos erros que houve no passado.

Parabenizo-lhe pela preocupação e, pode ter certeza, Deputado Jocelito Canto, de que não vou pagar esse mico de jeito nenhum. Pode ter certeza de que, doa a quem doer, as coisas vão estar muito bem claras. Aliás, isso, na reunião da Mesa de ontem, ficou muito bem claro, porque tivemos alguém falando: “Não, porque fulano tem”. Eu disse: então me diga quem é e quero saber qual é o nome.

Ainda hoje pela manhã conversamos com o departamento de pessoal, o Diretor Geral e alguns Deputados da Mesa para que se verifique caso a caso e que se possa colocar, porque realmente não está correto colocar administração, como consta no nosso site. Lá está: João da Silva está na administração. Ele está na administração, mas onde? Na administração, no cerimonial ou; na administração, na taquigrafia. Tudo bem que estar nos seus devidos lugares. Tivemos algumas dificuldades, sim, em virtude de falta de documentos, porque não os tínhamos, em virtude de que alguns documentos nos foram levados. Mas, pode ter certeza, Deputado Jocelito Canto, de que é questão de dias para que tenhamos todas essas questões.

Quanto a este requerimento das lideranças e dos blocos, V. Exa. terá isto aqui, se possível, ainda amanhã.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para finalizar, daria uma sugestão bastante rigorosa. Acho que V. Exa. deveria não fazer o pagamento, deste mês dos 258 cargos em comissão, por medida de precaução, isso porque precisamos saber de onde vieram esses funcionários, e se eles vieram de gabinetes, não podem ser pagos.

Então, vou sugerir a V. Exa., e deixo registrado nos Anais desta Casa que, por medida de legalidade, V. Exa. não deveria fazer o pagamento desses 258 funcionários, que já receberam no mês passado. Este mês, como se levanta essa questão, para que V. Exa. não seja responsa-

bilizado depois, porque nós vamos ter que descobrir de onde vieram esses funcionários, e se um funcionário veio de um gabinete e foi para a administração, V. Exa. está incorrendo naquela questão do erro administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto, e pode ter até mais um pouco, porque eu o interrompi.

Vou lhe dar um exemplo típico, do Deputado Nereu Moura. Consta hoje, na Gazeta do Povo, que o Deputado Nereu Moura tem sete funcionários do seu gabinete que foram para a administração. Claro que nem tudo que a Gazeta escreve é verdadeiro. Esse é um caso. Os funcionários estavam na 1ª Secretaria quando o Deputado Nereu Moura era Secretário, portanto já eram funcionários da administração, e consta hoje como se eles estivessem no gabinete do Deputado Nereu Moura e foram para a administração. Não é verdade. Esse é um caso que eu levantei hoje pela manhã. Então, esse tipo de explicação é importante que seja dado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não entendi, o senhor me deixou mais confuso agora. Esses sete funcionários então eram da administração?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já eram da administração esses funcionários.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Em comissão?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro. E estavam na 1ª Secretaria no tempo que o Deputado Nereu Moura foi 1º Secretário, há anos atrás. Eles estavam na administração e consta lá como se eles fossem...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas eles trabalham aonde hoje?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na administração da Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É isso que precisa esclarecer, Sr. Presidente, para acabar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Veja, eu não tenho o interesse, eu não quero polemizar aqui, nem ser pautado pelo o que diz o jornal, senão vou ter que ficar aqui o dia inteiro respondendo o que diz esse jornal. Não me interessa isso, eu aliás evito de lê-lo, mas nem tudo que está lá é verdadeiro, então este caso que estou lhe dizendo é um que ocorreu hoje. Está lá: "Sete funcionários do Deputado". Eu digo:

"Quero ver o nome dos sete e aonde eles estão". Não, eles não são funcionários do Deputado Nereu Moura, até evito, porque o Deputado talvez quisesse falar sobre isso.

Então, são esclarecimentos que têm que ser dados à sociedade para que se evite? Claro que são, porque o nosso portal ele é transparente, nós estamos indicando os nomes, e veja bem, Deputado Jocelito Canto e Srs. Deputados, a partir do momento que nós tivermos o nosso organograma definitivamente oficializado e pronto a coisa fica fácil, porque você puxa lá: "João da Silva aonde está? Está na taquigrafia. Vai lá e tem que estar lá". E mais, aproveito até essa oportunidade, se Deus quiser a partir da semana que vem nós já estaremos com o nosso ponto aqui. O funcionário, seja ele comissionado na administração ou efetivo, apenas os dos gabinetes não vão precisar bater o ponto, o restante, todos serão obrigados a bater o ponto na entrada e na saída, e mais, o seu diretor e o seu chefe de sessão é responsável e tem que assinar pela presença do funcionário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para terminar, eu queria mais uma vez repetir, acho que V. Exa. não deveria fazer o pagamento desses 258 funcionários desse mês. Não negar o pagamento. Eu estou tentando, Sr. Presidente, apenas ajudar, porque quando o senhor está sofrido aí a maioria lava as mãos e não usa nem o gel aqui do lado. Então eu queria dizer para V. Exa. que deveria ter prudência, porque esses 258 cargos V. Exa. não sabe onde estão, o senhor acabou de confessar, o senhor não sabe. Se o senhor não sabe o senhor não pode pagar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não é minha função saber aonde está cada funcionário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. é o Presidente da Assembleia Legislativa e não vai saber onde estão os funcionários? Então, não pague.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não é assim que funciona. V. Exa sabe.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou tentando alertar V. Exa. Estou fazendo meu papel de fiscalizador. Terminando dizendo: não vou polemizar mais, estou apenas levantando esse alerta. Não acho justo se algum desses funcionários estavam em gabinetes e foram para administração para beneficiar alguém. Se isso aconteceu eu vou descobrir.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje estamos protocolando um projeto de utilidade pública para o Lar dos Velhinhos de Campo Mourão. É uma entidade muito importante para Campo Mourão e toda a região, que fazem um trabalho maravilhoso. E quero pedir aqui o apoio de todos os Deputados para que votem favoravelmente esse projeto. Pode parecer simples votar aqui, mas é muito importante para Campo Mourão e para região. Com as parcerias que poderá ter essa entidade com o próximo governo e com o governo que está aí hoje ainda será possível ajudar no conforto de muitas pessoas que lá vivem. São pessoas que precisam da sociedade. Então, faço esse pedido a todos os Deputados para que votem esse projeto de nossa autoria para ajudar o Lar dos Velhinhos de Campo Mourão.

Outra coisa que quero falar é sobre a Copa do Mundo, hoje dia 15 começa a Copa para os brasileiros, porque a Seleção Brasileira hoje vai entrar em campo. Queria falar um pouco do sentimento que temos, para nós do interior, a Copa do Mundo. Nós do interior temos o hábito de reunir as pessoas para assistir os jogos da Copa. A primeira Copa do Mundo que eu lembro foi em 1978, que eu assisti em televisão preto e branco. A Copa foi na Argentina e a Argentina foi campeã. De lá para cá tenho sempre esse sentimento de assistir os jogos de estar junto das pessoas que gostam de futebol. Gostaria de fazer esse registro que estaremos hoje também participando em Curitiba, convidado por amigos que vão participar desse evento, assistindo ao jogo do Brasil e torcendo, naturalmente, para que o Brasil não só ganhe os próximos jogos, que possa fazer uma bela apresentação e possa até trazer o campeonato do mundo, mais uma vez, para o Brasil. Tenho certeza que vai renovar as esperanças e alegrias do povo brasileiro, neste momento em que vivemos com tantas notícias ruins que aparecem, que possam trazer boas notícias para o povo brasileiro, a começar pela Copa do Mundo e, também, pelo trabalho dos Deputados e de todos os políticos do Brasil. É isto que o povo está esperando e é isto que o povo merece: cada, vez mais transparência, mais seriedade, mais responsabilidade e mais alegria.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus; Deputado Pedro Ivo; grande Deputado Duílio Genari, meu querido padrinho e grande líder de Toledo e Região Oeste, incansável batalhador pelo Paraná; colegas paranaenses que nos acompanham por meio da televisão.

O nosso gabinete com o Genar, o Gustavo, a Kelly, o Allan, a Márcia, a Fernanda tem sempre a alegria de poder atender aos paranaenses. Uma homenagem ao gabinete do Deputado Duílio Genari, à Liderança do PP nesta Casa e ao gabinete da Deputada Cida Borghetti, porque trabalhamos quase sempre em conjunto. Quero agradecer aos paranaenses que nos mandam e-mails, porque este é o nosso trabalho. Tem sempre um Secretário de Estado, um Prefeito, um Governador, assistindo pela televisão ou até pela internet a transmissão desta Casa. Então, quando lemos o e-mail aqui é um caminho mais curto para chegar até os ouvidos das nossas autoridades, que só não vão atender as reivindicações se não quiserem.

E-mail da Maria Lúcia Menegazzo, eterna Subprefeita de Paiquerê, que é um Distrito de Londrina: *Deputado Belinati, solicito sua intervenção junto ao Governo do Estado para que na rodovia que cruza os conjuntos Jamile Dequech e o jardim União da Vitória, em Londrina, seja construída uma passarela, possibilitando assim a travessia com segurança para quem está a pé. Já morreu muita gente, não só em acidente de carro, mas inclusive por atropelamento por falta desta passarela. Esta é uma reivindicação antiga dos moradores tanto do Dequech como de União da Vitória, moradores que passam diariamente pelo perigo ao atravessar esta rodovia que liga Londrina aos Distritos, Londrina a Tamara e à Rodovia do Café. Agora, é lamentável que esteja, há tanto tempo, o Governo enganando o povo. Há muito tempo, o Governo está enganando o povo.*

Nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, já fizeram quantas festas para anunciar esta passarela? Já anunciaram asfalto por dentro ligando Londrina a Arapongas, ligando Lerroville até à Usina Salto do Apucarantina. Entra Governo, sai Governo, não vamos nem escolher um Governo para debitar essa palhaçada que é feita com o povo, mas tem tanta estrada ali, Deputado Cheida, o asfalto de Maravilha para Paiquerê; o asfalto de Paiquerê para Lerroville; o asfalto das proximidades de Lerroville/Tamarana até o Clube do Castelo Eldorado. O asfalto de Londrina até Arapongas desafogaria, inclusive, a rodovia onde tem pedágio.

Quanta festa! Já teve candidata a Deputada que festejou garantindo que já tinha acertado o asfaltamento de Londrina/Arapongas por dentro, para encurtar caminho. E, olha, arrumaram o voto, mas não fizeram a estrada prometida. É duro, Deputada Rosane Ferreira. Eu olho para a Deputada Rosane Ferreira, e, de repente, dou até um sorriso, ela sabe por que, porque a Rosane é uma incansável batalhadora nesta Casa, eu a admiro. A única pena é que vai ser uma perda para esta Casa, porque a partir de fevereiro, muito provavelmente, estará em Brasília representando o nosso Paraná, mas uma grande Deputada, sem dúvida alguma, digna e merecedora de novamente ser votada pelo povo.

Recebo um e-mail de Rolf Jonas Gonçalves, - este mesmo e-mail foi também para o Governador Pessuti.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Os funcionários do DETRAN do Paraná estão ainda sem uma definição quanto aos protocolos - tenho os números aqui - referentes ao Plano de Cargos e Salários e também a implantação de gratificação. Prometem. Prometem. É a mesma promessa feita para os coitados do SindiSaúde, parece aquele jogo de peteca: o Governo bate para lá, joga para lá, vem para cá. É uma pena é desrespeito grande do Governo com os servidores do Paraná, inclusive com o SindSaúde. O que já esquentaram cadeiras, aqui, na Assembleia Legislativa na expectativa, o pessoal do SindSaúde, para ver resolvida a sua questão. Mas, acho que vocês vão ser vencedores por serem perseverantes, palavra extremamente importante. Vai chegar a um ponto que o Governador vai dizer: "Ah, não aguento mais! É melhor atender, porque não aguento mais". Então, parabéns, continuem lutando. Da mesma maneira o pessoal da Polícia Civil, Plano de Cargos, Salários e Vencimentos; o pessoal da Polícia Militar que está lutando pela PEC do Subsídio. O SindSaúde pela redução da jornada para 30 horas e também pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos que não sai, mas eles vão vencer por serem perseverantes.

Eu pediria até para a TV SINAL dar um close, porque são poucos servidores que estão aqui, porque se eles largarem o trabalho e vierem aqui direto, vão acabar tendo desconto nos seus salários; mas os que estão aqui estão representando os milhares de servidores e servidoras da área da Saúde do Paraná.

No caso do DETRAN, diz o Rolf Jonas Gonçalves que eles estão esperando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, estão esperando a implantação de gratificação. E aí lembram que está chegando o período pré-eleitoral e que aí não pode mais dar benefícios. Pode até pode, mas aí o Governo dá uma desculpa e diz: "Olha, é por causa da lei". Tem hora que o Governo passa por cima da lei, quando interessa para o Governo. Quando não interessa, o Governo se apega à lei.

Então, Governador Pessuti, os funcionários do DETRAN estão cobrando e eles têm direito ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários e também à prometida implantação da gratificação.

E-mail do Sr. Rolf Jonas Guimarães: *Prezado senhor: Os funcionários do DETRAN/PR, ainda sem uma definição quanto aos Protocolos 10.188.536-4 (referente ao Plano de Cargos e Salários) e 10.479.626-5 (implantação de gratificação) e visto a proximidade do início do período eleitoral, vem respeitosamente solicitar o vosso auxílio para uma solução definitiva quanto aos referidos protocolos.*

Estamos batalhando pelos nossos direitos de maneira responsável, com muita serenidade e sempre pelo caminho do diálogo, anteriormente levamos nossas reivindicações a conhecimento de V. Exa. onde expressamos nossa insatisfação e descontentamento quanto aos

baixos salários. Percebemos o trâmite dos processos por vários setores e até com uma certa prioridade, mas nosso medo é que não haja tempo hábil para a implantação das propostas.

São 2 mil funcionários do Departamento de Trânsito em busca de reconhecimento e valorização.

Contamos com a sua atenção e compreensão. À disposição para quaisquer informações.

Governador Pessuti, o senhor está atrás de voto agora, está peneirando e garimpando o voto, independente de quem vai votar ou não. São 2 mil funcionários do DETRAN, cada um com a sogra, o sogro, o cunhado, o filho ou o parente, no mínimo são 10 votos, cada um, são 20 mil votos. É o caso dos milhares de servidores e servidoras da área da Saúde, que somando têm um peso de quase 200 mil votos para a eleição do dia 5 de outubro. Mas não é só por causa do voto, é porque é direito do SindiSaúde, do DETRAN, da Polícia Civil e da Polícia Militar. Evidentemente que na hora de votar, o funcionário vai depositar o voto de gratidão na urna. Não é que seja feita uma barganha, uma permuta, é uma coisa natural, que o Governo que trabalha bem seja recompensado com o voto na urna. Se o Governo está indo mal e vira as costas para o servidor, ele será mandado de volta para casa, porque acaba fatalmente amargando uma derrota. Como é o caso aqui na Assembleia Legislativa, a URV que o servidor da Casa continua pleiteando, a qual apoiamos, e demora a sair.

O jornal O Paraná: *Sem dinheiro público a Arena não terá as obras concluídas.* Já estão falando em até fazer um novo estádio de futebol. Será que Curitiba esta precisando de outro estádio de futebol? Temos vários campos aqui, como o do antigo Malucelli, do Corinthians, do Paraná, da Vila Capanema, do Couto Pereira, da Arena da Baixada. Eu estava vendo agora, na África, um estádio de futebol lá, onde está havendo a Copa, custou R\$ 1 bilhão. Será que não é muito mais importante, agora, construirmos mais um hospital, para restaurar a saúde do povo, para salvar a vida de milhares de pessoas? Entre pegar o dinheiro público para fazer um novo estádio de futebol ou para fazer um hospital, eu fico com o hospital, que é muito mais importante para o povo.

Folha de Londrina: *Empréstimo e cheque especial voltam a subir.* O Lula, grande Presidente do Brasil, é o maior Papai Noel da história para os banqueiros, que estão doidos para votar logo, para eleger o seu sucessor, para continuar tudo do jeito que está, porque nunca ganharam tantos bilhões - não são milhões - à custa do empobrecimento, do sangue e da miséria do nosso povo. Há muita gente que empresta dinheiro do banco e depois não consegue pagar, tem que tomar remédio para dormir, acaba brigando com o marido, a mulher, o pai, o filho, desestruturando muitas famílias. Onde falta o pão é aquela desgraça e confusão. A família que está atolada em dívidas perde a serenidade e a tranquilidade e o lar passa a ser um verdadeiro inferno, com conflitos e brigas. Se muitas famílias têm que tomar remédio para dormir,

porque não conseguem cobrir o cheque especial, a financeira, o agiota, os donos de bancos devem estar acendendo velas para o Papai Noel, porque nunca ganharam tantos bilhões à custa da miséria e do dinheiro suado do nosso povo.

Sr. Presidente, a Folha de São Paulo de hoje traz uma matéria preocupante, na manchete: *Estuprador se beneficia de legislação mais dura*. Pasmem os senhores! Deputada Rosane, que é uma grande mãe, eu não consigo entender isso, tenho dificuldade, porque minha cultura é muito pouca, Estuprador se beneficia de legislação mais dura - no nosso Brasil fazer lei para beneficiar estuprador, que às vezes estupra velhinha, estupra criança, estupra adolescente? Juízes, está aqui na Folha de São Paulo de hoje, peguei este jornal no gabinete do Deputado Duílio Genari, - Juízes diminuem punição dos estupradores - olha que coisa, no caso Brasil - Juízes diminuem punição ao interpretarem crimes sexuais como um só delito.

A nova legislação sobre crimes sexuais que pretendia ser mais rígida e definiu o atentado violento ao pudor, também como estupro, essa nova legislação, aí tornou mais brandas as penas contra os criminosos - matéria da Folha de São Paulo de hoje.

E hoje que o estuprador tem que ser punido com o maior rigor da lei. Já defendemos aqui e vamos voltar a repetir - para o estuprador deveria ter castração, deveria cortar fora o bilao, para o estuprador deveria ser lei de castração, põe uma pimenta ali, coloca fora o bilao do cidadão, coloca uma pimenta malagueta e um sal grosso de fazer churrasco para queimar bem, para o infeliz, para o monstro não causar tanta dor e tanta tristeza e machucam muito as famílias de bem, as famílias dignas do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Luiz Eduardo Cheida, com a palavra.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, na última semana o Governador Orlando Pessuti esteve em Londrina fazendo o que ele chama de interiorização do Governo. Lá esteve com toda sua equipe e tentando resolver problemas que são crônicos não apenas para Londrina mais para a Região do Norte Pioneiro, do Norte Velho, do Vale do Ivaí, e da chamada AMEPAR.

Uma dessas soluções, nobres Pares, Sr. Presidente, não consigo competir com a rodinha que está falando mais alto que nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Luiz Eduardo Cheida não consegue fazer o seu pronunciamento e peço a atenção dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Deputado Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito obrigado, Sr. Presidente, mas como dizia, um dos problemas crônicos que se enfrentam e que parece que é um verdadeiro absurdo diz respeito a um pequeno trecho que liga a Cidade de Cambé a Londrina, de apenas 14 quilômetros, onde só no ano passado existiram ali 180 acidentes, segundo a Polícia Militar Rodoviária, com 130 feridos, a maioria deles mutilados e 14 mortos.

Veja, Deputado Marcelo Rangel, um pequeno trecho de 14 quilômetros com 14 mortes em um ano! Se estivéssemos falando numa rodovia de 200, 300 quilômetros já seria um escândalo, mas um trecho de 14 quilômetros ligando duas Cidades conturbadas como Londrina e a Cidade de Cambé, matou ano passado, fora os que aleijou e que tirou da vida produtiva para sempre a quantidade absurda de 14 pessoas.

Nós estamos brigando, Srs. Deputados, para que este pequeno trecho da chamada rodovia PR-445 ou avenida Celso Garcia Cid, seja duplicada e o Governador levou para Londrina esta possibilidade, mandando o DER, através de uma autorização fazer o devido projeto de engenharia.

Sr. Presidente, além do desrespeito flagrante aqui, é difícil, quem quer falar com seriedade aqui tem a sua dificuldade, e pedindo aos nobres Pares que falem um pouco mais baixo, para que possamos ter um mínimo de concentração para poder falar.

Sr. Presidente, o Governador Pessuti então determinou ao DER que fizesse o devido projeto de engenharia para iniciarmos, tão logo seja possível, a duplicação desse trecho. Isso significa a redenção de um problema seriíssimo que existe: quando falamos 14 mortes em 14 quilômetros, não é brincadeira, no espaço de um ano. Uma vida que se perdesse ali já seria uma maluquice, vamos dizer assim. Mas além dessa ação e dessa verdadeira demonstração de sensibilidade, o Governador também deu a ordem de serviço para duas grandes obras nesta mesma rodovia: um viaduto na confluência da avenida Harry Prochet com o Conjunto Vivendas do Arvoredo, que leva ao Jardim Botânico de Londrina, onde é humanamente impossível por menos de 20, 30 minutos atravessar aquele espaço numa hora de pico, tanto de manhã como à tarde. São milhares de carros tentando acessar o mesmo local, são 17 mil veículos que passam ali, por dia, para ser ter uma ideia do que digo. E uma outra obra do Conjunto Jamile Dequeche, onde incontáveis londrinenses já perderam a vida.

Por isso, Sr. Presidente, a minha presença na tribuna é para fazer um agradecimento, um reconhecimento ao Sr. Governador por fazer essas duas obras fundamentais às Cidades de Londrina e Cambé, e por determinar que o DER faça o projeto de engenharia que vai possibilitar a duplicação da PR-445. O que se procura com isso é dar conforto e principalmente segurança àqueles que trafegam nessa rodovia e àqueles que pretendem acessá-la de um lado para o outro, que são em número cada vez

maior, são milhares de pessoas tentando fazer aquele cruzamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia o pronunciamento do Deputado Cheida e reconheço que ouvi parcialmente, Deputado Cheida, e peço desculpas porque eu estava conversando com diversos Srs. Deputados sobre essa discussão que houve hoje aqui em relação a um manifesto assinado pela Deputada Cida, pelos Deputados Welter, Pastor Praczyk e pelo Vice-Presidente, Deputado Augustinho Zucchi.

Penso que é a hora das Sras. e Srs. Parlamentares reconhecerem que estamos sob um holofote com uma lupa, vendo e ouvindo tudo aquilo que falamos. Por isso que nada aqui que possa parecer ser, na sua essência também tem que ser, Deputado Praczyk.

O que estava acontecendo? Com a reforma que fizemos nos cargos em comissão, Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. foi único Vice-Presidente que não preencheu os cargos comissionados, todos os outros preencheram. No mínimo seis cargos em comissão. Como fez o Deputado Welter, que preencheu seis cargos em comissão da 3ª Secretaria.

Ao mesmo tempo, na Lei nº 16390, não observamos o princípio da proporcionalidade. O que ocorre? O Bloco, que é o PPS e o PMN; O PP, o PDT, esses partidos têm quatro Deputados e 12 cargos em cada uma dessas lideranças. O PT tem seis Deputados, o PMDB tem 17: 0,7 cargos para cada um dos Deputados que integram a Liderança do PMDB. Enquanto tem três cargos para cada um dos blocos ou partidos, de quatro Deputados, e cargos para cada um. Para o PT dois cargos proporcionalmente para cada Deputado.

Sabemos que essa lei foi um grande avanço, mas tem que ser obviamente melhorada, incluindo o princípio da proporcionalidade nela, adequando a essa realidade. Por outro lado, os cargos que ficaram na presidência, temos que reconhecer que há um equívoco, são cargos com remuneração extremamente reduzida para o tipo de profissional que se pretende ter na assessoria da presidência com a redução que tivemos.

É necessário que haja aqui, por parte de todos, entendo, transparência naquilo que está sendo feito, e ao mesmo tempo muita serenidade, do ponto de vista de esclarecer aquilo que tem que ser esclarecido, para que não se tenha privilégios.

Indiscutivelmente, um Deputado que integra uma liderança, hoje de quatro Deputados, ele vai ter no gabi-

nete dele, um valor. Vai ter outro na liderança e mais um percentual, mais um cargo ainda na distribuição da Mesa.

O que ocorre? É necessário que as lideranças se reúnam. Os Parlamentares, como um todo, discutam esse tema. Penso que é necessário, a Mesa vai elaborar, acho que é importante, porque daqui a pouco os seguranças que trabalham aqui na Casa, os garçons, o pessoal que trabalha no cerimonial, os jornalistas, os cinegrafistas, os fotógrafos, gente que trabalha, não vão receber salário. Está proibido de receber salário, porque todos eles trabalham na administração. Ou V. Exas. acham que essas pessoas estão nomeadas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos são cargos em comissão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Estão nomeados aonde?

Então o que ocorre? Vamos ter um pouco de compreensão!

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Se tem alguém que tem algum tipo de privilégio é necessário que possamos identificar: então, fulano de tal está tendo privilégio.

Até para poder esclarecer o que acontece, vou dar um exemplo, o meu exemplo, para não dar exemplo de ninguém. A Gazeta do Povo traz hoje uma matéria aqui: *Campeões de migração*.

Diz lá, Luiz Claudio Romanelli, três pessoas que teoricamente trabalhariam no meu gabinete e migraram para a administração. É verdade isso? Parcialmente. Vou explicar como.

Aqui estão as pessoas que foram nomeadas na Liderança do Governo. Quantas pessoas foram nomeadas? Nove. Quantas poderiam ser nomeadas? Doze. Por que não foram nomeadas essas pessoas? Porque utilizei justamente o dispositivo da Lei nº 16522. O salário mínimo do cargo em comissão, na Liderança, é de R\$ 2 mil e 500. Essas pessoas ganhavam R\$ 1 mil e 500. Está previsto, é um artigo que foi posto, a permuta, inclusive no valor total do órgão, quando citado. Está muito bem claro no artigo na Lei nº 16522 da nossa lei que regula o provimento dos cargos em comissão. Eu encaminhei a jornalista Kátia ainda quando da primeira vez que foi publicada a matéria a seguinte mensagem, que obviamente o jornal Gazeta do Povo não considerou ou pelo menos pelo que percebo foi o Euclides que fez a matéria de ontem, provavelmente a Kátia não passou a ele o que eu enviei. Mas, só para entender que tem monstros que se criam que na verdade são os chamados Tigres de Papel. O que eu escrevi para a Kátia?

(Lê):

Boa noite Kátia: cheguei do interior e estou lendo a matéria sobre a migração publicada no sábado. Na ver-

dade não driblei a lei. Na Lei nº 16522/10 está expressa a permuta entre cargos de órgãos diferentes. Às pessoas referidas exercem a sua função na Liderança do Governo e não no meu gabinete Parlamentar, e por causa da remuneração existente na Lei nº 16391/10 receberia salários muito superiores se fossem enquadrados nos cargos disponíveis na Liderança do Governo. O parágrafo 3º, artigo 19 prevê a permuta, respeitado o valor total previsto para cada órgão. Os atos de nomeação podem atribuir ao meu gabinete parlamentar os servidores referidos, mas quando os mesmo se recadastraram declinaram que estavam lotados na Liderança do Governo. De qualquer forma com a minha saída da Liderança, o novo Líder deverá decidir se os mantém ou não trabalhando. É isso.”

Porque estou explicando este caso concreto. Porque cada um dos cargos dessas pessoas, dos possíveis 360 cargos que seriam nomeados a Mesa Diretora da Assembleia optou por deixar 100 cargos vagos. Nomeou 250, parece que no total 258. O que aconteceu na prática? Cada uma dessas pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Só lhe interrompendo. Estes 258, todos eles estão aqui hoje, todos eles estão trabalhando, antes de chegar o ponto. O ponto começa segunda-feira, mas todos eles estão trabalhando. Faço questão de deixar claro.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero lhe dizer o seguinte entendo que é necessário que possamos, dei este exemplo de um caso concreto que infelizmente o jornal não corrigiu a informação. Lamento. Mas, acho que é uma questão menor se corrige ou não. Acho que é só não reproduzir a questão errada. O que ocorre na prática é o seguinte: ou adotamos o princípio da proporcionalidade naquilo que envolve as Lideranças, ou vamos ficar congelando profunda desigualdade aqui, porque o nosso partido PMDB está profundamente discriminado pela nova lei. Ou alguém não reconhece isto? Ao mesmo tempo as 1ª, 2ª, 3ª Secretarias, não desculpe. A 3ª, 4ª e 5ª Secretarias 1ª, 2ª e 3ª Vice-Presidências tem que ser discutido isso pelo princípio da proporcionalidade.

Quero dizer o seguinte: penso que é necessário que as pessoas, todos nós aqui tenhamos a compreensão do nosso papel histórico, da importância que estamos fazendo para reformular aquilo que estava errado, das medidas moralizadoras. Mas, pelo amor de Deus vamos suspender esse fogo cruzado. Por favor vamos debater os temas, as pessoas devem procurar umas as outras e pedem os esclarecimentos, quem tem dúvida esclareça, vai atrás. Não sou absolutamente melhor do que ninguém, sempre disse que o meu lugar não era no mármore frio da Mesa Diretora, era no carpete quente deste Plenário, mais ainda depois que deixei a Liderança do Governo.

Mas estou aqui inteiramente à disposição para ajudar esse Poder internamente, fazer com que nós possa-

mos coexistir, conviver em harmonia, respeito e com dever de lealdade que todos nós juramos na Constituição e nas Leis com o compromisso de melhorar a Assembleia Legislativa e isso nós estamos fazendo.

Não é possível que única e exclusivamente, porque se dá um sentimento de profunda discriminação, se crie toda uma situação, que na minha avaliação pode ou não ser verdadeiro. Vamos fazer o seguinte:

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpe, V. Exa. fez um pronunciamento na tribuna hoje e V. Exa. tem tido um brilhante papel nesta Casa.

Reconheço que hoje não posso concordar com a sua opinião.

O que quero dizer é que temos que ter entre nós aqui é um sistema que possamos conversar e dialogar com os outros e não se fazer na verdade as intrigas. Porque começa um sistema de intrigas internas aqui que corrói completamente a alma de algumas pessoas, que infelizmente, são frágeis e são suscetíveis a isso.

Nós temos que ter clareza, tem dúvida em determinada situação: “Olha, tenho dúvidas quero saber.” Estou desconfiado que o Deputado Neivo Beraldin tem algum privilégio eu vou lá e digo: “Neivo escuta aqui o que é que está acontecendo?” ou então vou me dirigir ao 1º Secretário, à Presidência: “Será que não tem alguma coisa errada?” A lista está publicada na internet. É só esperar. Tenho dúvidas, o Jocelito pega a lista e fala assim: “Eu tenho dúvidas desse, desse, porque com certeza V. Exa. não vai ter dúvidas de mil pessoas, vai ter dúvidas de duas, três pessoas e vai dizer quais são as pessoas que têm dúvidas e a Mesa esclarece.

A Mesa pediu o quê? Deem-me 10 dias para poder responder quando foi publicada a lista. Que dia é hoje, 15 de junho, a lista foi publicada dia 31 de maio e saiu no dia 1º de junho e saiu com as lideranças, blocos e administração não saíram especificadas.

Nós discutimos que nos gabinetes parlamentares sairia qual gabinete parlamentar e acabou não saindo. Muito bem, vai ter uma outra lista que vai ser publicada e vai esclarecer na administração onde está lotado determinado funcionário. Não estou advogando em causa própria, migrou fulano de tal. De onde, por que migrou?

De onde era aquele funcionário. Vamos ver que era um funcionário que já estava há 15 anos na Casa, trabalhou na 1ª Secretaria, trabalhou na Administração, trabalhava em outro lugar. Mas vamos ver do que é que estamos tratando. Isso vai dar uma outra dinâmica com transparência.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Romanelli V. Exa. acho que foi muito infeliz quando disse intriga. Não estou aqui para intrigar

com ninguém. Estou aqui para não ser chamado de omissão e ser omissão como já fui aqui dentro.

Essa história de migração não existe, para quê migração. Como é que vai migrar do gabinete para a administração. Isso é ilegal. Não existe migração.

Volto a dizer Sr. Presidente que não existe migração, o Deputado Romanelli deveria ter nomeado na liderança e não feito a troca. Volto a dizer não é nada contra nenhum funcionário, mas se V. Exa. permitir esse tipo de migração do que, onde é que está escrito que pode migrar, sai do gabinete e vai para a administração. Mas está 15 anos aqui. Não interessa os 15 anos. Estamos vivendo uma nova era em que cada gabinete tem que ter tantos funcionários e as lideranças também! É tudo novo! Não tem mais jeitinho, Deputado Romanelli! Acabou. Nós temos que ser realistas porque senão daqui a pouco vão pegar de novo um funcionário migrante desses, a Rede Globo vai meter uma câmera escondida nele e ele vai contar que estava no gabinete do Deputado, migrou para a administração e continua a mesma coisa.

Estou tentando evitar aqui o que nós já passamos. Não estou aqui para intrigar ninguém, mas a partir do momento em que passamos a limpo e definimos uma nova situação, quero cumprir essa nova situação porque estou me autopunindo por não ter fiscalizado a Casa como deveria. Isso é uma autopunição que estou fazendo. Agora, pediria a V. Exa., Deputado Romanelli, com todo o respeito, porque V. Exa., fala em migração, o Presidente e o Deputado Nereu tinham uns cargos que também migraram, mas onde está escrita a palavra migrou. Por que migrou do gabinete? Senão poderia ficar nos 23 do gabinete, ele tem que migrar para casa, ele tem que ir para casa. Ele não pode migrar para a administração se passou do limite!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está bom, Deputado Jocelito!

Na lei de fato não tem o termo migração. Esse termo vem escrito no jornal Gazeta do Povo. O que o jornal Gazeta do Povo publica aqui?

“Campeões na migração. Veja quais os gabinetes que mais cederam funcionários para a administração da Assembleia: Presidência 34 e 1ª Secretaria 27”. Nós já repetimos e vamos repetir que a Presidência vai, Deputado Jocelito, e V. Exa. vai ter que subir na tribuna com essa mesma veemência, porque o Presidente vai pegar e vai nominar os 34 que saíam da Presidência e foram para a administração e V. Exa. vai ver quem são as pessoas, porque são jornalistas, fotógrafos, pessoas do cerimonial.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

E os terceirizados que temos por aí? Temos terceirizados também, que nunca falamos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. está nesta Casa há muito tempo e conhece melhor do que eu a estrutura.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Há muito tempo e fiz pouco. Mas quero dizer a V. Exa. que de agora em diante não é o que se fez de errado no passado que vai sujar o presente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É sempre tempo. Nós podemos pecar por ação ou por omissão.

O fato é que todas as pessoas aqui referidas e devemos ter mais alguns outros casos, como por exemplo: “Alexandre Curi dois, Valdir Rossoni dois, Romanelli três, Nelson Justus seis e Nereu Moura sete”.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Vê se tem alguém do baixo clero aí.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deve ter. Vou pegar a lista toda. Nós vamos cruzar, para saber inclusive em relação ao gabinete.

O que quero dizer, senhores, é que há indiscutivelmente um clima de envenenamento, mas que deve ser fruto de explicações. A presidência vai publicar a lista da administração e com a lotação e nas lideranças de quais são as lideranças e quem está nomeado e de preferência inclusive qual foi o Deputado que nomeou na Liderança.

Concedo um aparte à Deputada Rosane.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Não gostaria de ver como uma colocação de envenenamento ou de inveja que um gabinete tenha do outro gabinete.

Entendo o pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, como um pronunciamento de auxílio ao processo de transparência pelo qual passa esta Casa. Cada semana temos um Deputado ou Deputada que sobe na tribuna e que coloca alguma situação que tem que ser resolvida. Na semana passada o Deputado Greca subiu na tribuna e questionou os 22 médicos que estão lotados na Assembleia Legislativa. Cabe salientar que 22 médicos, usando o padrão SUS de atendimento dariam 16 consultas, vezes 22 dias úteis, teríamos uma produção de 7 mil e 744 consultas por mês nesta Casa.

Isto é o mesmo montante que é necessário para cuidar de uma população de mais de 30 mil pessoas nas nossas periferias. Não quero fazer nenhum discurso demagógico, porque o senhor sabe que não é essa a minha forma de conduzir, mas quero entender que temos que viver este momento realmente para que um se some ao outro e realmente fazermos a nossa parte.

De todas as falas do Deputado Nelson Justus, uma que me chamou a atenção foi uma que aconteceu há três, ou quatro meses atrás, quando o Deputado disse: “Cada Parlamentar desta Casa tem que entender que não dá mais para fazer política como foi feito nos últimos 30 anos.” Estou entendendo, acho que o Deputado Jocelito tem entendido isso, e temos que fazer cada um a sua parte. Concorde quando o senhor disse que um bloco

menor tem benefícios maiores com a Lei da Transparência. Mas, foi, uma lei discutida e votada dentro desta Casa, e que nós tivemos o momento oportuno para nos posicionar contrário, para fazer emendas, e que não o fizemos. Então, nada justifica que se crie subterfúgios para manter privilégios.

Então, é esta a minha contribuição. Eu também sei, por exemplo com relação a questão médica que há gente que está há muito tempo nesta Casa, mas isso nós temos que ir trabalhando ponto a ponto. O que não dá, Deputado, é toda semana ser surpreendido por uma ou outra situação, e termos que toda a semana dar uma ou outra resposta para as pessoas que nos questionam. Então, entendo o pronunciamento do Jocelito, e também visto a carapuça quando ele diz que nós, esta é a minha primeira legislatura, mas visto a carapuça quando ele diz que nós fizemos pouco quando não cobramos, nós, de dentro desta Casa, como é gasto os mais de 300 milhões do orçamento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado Deputada. O seu exemplo inclusive do seu bloco é um dos exemplos que eu disse que não obedece o princípio da proporcionalidade, onde cada Deputada que integra, são quatro Deputados, cada um tem três cargos na liderança, três; enquanto no PMDB tem sete, fora o cargo na 5ª Secretaria...

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Na verdade são dois cargos na liderança e mais dois na 5ª Secretaria, são quatro cargos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, veja como esse princípio da proporcionalidade está rompido.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, eu estou acompanhando este debate há três meses na Assembleia. Poderia ser o primeiro Deputado aqui a destilar a crítica em relação a Mesa Executiva, porque eu disputei com o Presidente Nelson Justus e perdi a eleição para Presidente da Assembleia. Mas, desde o primeiro instante entendi que tínhamos que viver uma nova era, uma nova fase, e me coloquei como parceiro para ajudar a resolver os problemas da Assembleia, que não foram criados neste mandato, nem no mandato em que eu fui 1º Secretário.

São problemas antigos desta Casa que todos nós conhecemos. Agora, me dói na alma a hipocrisia de muita gente, as pessoas que fazem discurso na Assembleia para os meios de comunicação, e que nós conhecemos nas entranhas que não tinham, como disse o Deputado Jocelito no seu blog, não tinham moral para fazê-lo. Fico ouvindo e vendo, porque conheço como

ninguém conhece a história desta Casa, conheço muito bem.

Agora, a Gazeta do Povo publicou o meu nome com sete, eu não tenho nenhum funcionário na administração desta Casa, zero. O que pode ter ocorrido, e eu pedi para o Presidente verificar, quando eu fui o 1º Secretário havia na 1ª Secretaria pessoas da administração da Casa lotadas na 1ª Secretaria como no atual período do Deputado Alexandre Curi, e do próprio Presidente, e estas pessoas foram lotadas na administração. E por ter uma coincidência com o meu período lá atrás, colocam como se eu tivesse migrado sete funcionários para a administração da Casa. Não é verdade! Não é verdade! Não tem um funcionário meu, do meu gabinete, na administração da Assembleia Legislativa.

É preciso bom senso, equilíbrio. Poderia ficar aqui fazendo muitas denúncias, Presidente Nelson Justus, sobre muitas coisas, mas procurei ajudar V. Exa., ajudar a Mesa nesse período, com equilíbrio, porque precisamos resolver os problemas desta Assembleia Legislativa. estamos resolvendo e vamos resolver. E esse requerimento que foi colocado à Mesa, acredito que a Mesa vai explicar.

Agora, o que me surpreende é a ânsia de aparecer de alguns que não mereciam aparecer dando entrevista. Mas fazer o quê! Viver com a hipocrisia do ser humano, é assim que somos obrigados. Viver com a hipocrisia de alguns que querem aparecer sem ter moral para aparecer. E temos que nos conformar. E até hoje falei que não iria falar.

Dias atrás a Gazeta do Povo publicou a mesma matéria, fui à Mesa e disse: Presidente, esclareça que não tenho funcionário na administração. Mas hoje a Gazeta do Povo publicou de novo, fui à Mesa e cobre de volta. Tanta conversa! É preciso que coloquemos um fim nisso. Ora, esta Assembleia Legislativa já passou ridículo, já foi destruída, já foi pisada!

Esses dias estive aqui o Presidente do Tribunal de Justiça, parece que foi um crime ele vir a esta Casa! Vi na imprensa a repercussão. Isso é ridículo! Uma coisa são os crimes que aconteceram e estão sendo investigados pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, com o nosso apoio. E que doa a quem tem que doer! Outra coisa é não respeitar o Poder Legislativo, esta Casa. Nós somos mutantes, vamos passar. Somos aqui efêmeros. Pode ser até que no ano que vem nem aqui estejamos, porque é esta campanha que está sendo feita para mudar esta Assembleia Legislativa, os componentes desta Casa. Mas a Assembleia Legislativa vai ficar aqui. O prédio vai estar aqui, essa tribuna vai estar aí, este Poder vai estar aqui representando o povo do Paraná com outros personagens. Pode ser. Portanto, é este Poder que temos que preservar. Corrigir, sim, as falhas, os erros, as imperfeições, mas preservar este Poder que o povo do Paraná nos deu a honra de estar aqui um dia, de sentar numa cadeira dessas representando 10 milhões de paranaenses. Isso é uma honra para poucos!

Tenho conversado com os Deputados. Eu, que vim lá do interior de São João, um dia me elegi Deputado, uma honra para mim, para a minha família, para os meus amigos, para todos que nem pensavam que um dia eu pudesse ser Deputado. Quando eu imaginaria que pudéssemos viver um clima em que todos os Deputados fossem jogados na mesma vala comum? Infelizmente é isso que está acontecendo, mas vamos sair. As coisas vão ser passadas a limpo! Quem praticou erros que pague. O que não pode é oportunistas ficarem todo dia querendo jogar uns contra os outros como se fossem paradigmas da moralidade. Não dá para aceitar, Presidente, e o limite chegou!

Precisamos continuar nessa mesma linha que V. Exa. traçou, de moralizar esta Casa, de acabar com os privilégios, todos os Deputados serem iguais. Mas não dá também para acreditar em tudo que se fala. Ora, eu li no jornal: *Deputado Nereu Moura, sete funcionários* e, ainda, soube que têm Deputados por aí instigando os outros, como se fosse uma verdade. Não é verdade! É mentira! E o Deputado Nelson quer que responda isso com a investigação, com os esclarecimentos que pediu para que a direção desta Casa traga, urgentemente, para acalmar aqui aqueles que estão excitados, que estão querendo que a verdade paire, como nós todos queremos que venha à tona.

Obrigado, Deputado Romanelli!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Nereu Moura! Não posso deixar de registrar que este é um daqueles momentos em que o aparteante foi melhor do que o orador que estava na tribuna, indiscutivelmente isso.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu não tenho cargos nem na administração da Casa, nem na liderança do meu partido, e me sinto muito constrangido com este debate. É infeliz estarmos tratando deste tema quando há tantos temas importantes que o Paraná precisa resolver. Isto tem que acabar! Eu pelo menos não suporto mais este tipo de assunto! Já tinha que estar resolvido, tem que ser resolvido, pois denigre muito a imagem de todos e da Casa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Stephanes, quero dizer a V. Exa. que fico até envergonhado de ter que vir à tribuna tratar deste tema, mas não é possível andar no plenário com pessoas envenenando outras com a intriga, porque tem gente aqui que se especializou nisso. Envenenam o ambiente quando, na verdade - o Nereu Moura tem absoluta razão - são falsos moralistas.

Essa generalização é muito perigosa. Dá vontade até de dar o nome, mas eu não vou fazer isso.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Eu acho que V. Exa. devia dar nome aos bois. Devia fazer isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não vou dar nome nenhum. Companheiro Jocelito, já lhe dei um aparte.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Permite um aparte, Deputado Romanelli?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, na primeira reunião que tivemos na sala fechada com a Presidência, V. Exa. participava, e o próprio Presidente falava que agora as coisas mudaram e que tinham que mudar. Eu fui bem claro na minha palavra e falei: para todos, sem exceção de um! Mudança, privilégio acabou! Não podemos mais viver numa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná com isto que está acontecendo. Confesso que fiquei muito decepcionado com essa lista que saiu. Sou uma pessoa que fala pelo coração, porque havia uma esperança da população, dos nossos eleitores, havia uma esperança nossa, mas no momento que saiu aqui ninguém é bobo, todo mundo sabe o que acontece e sabemos que têm alguns que gostam de ter seus privilégios e continuam tendo. Não podemos viver nessa fase. Acabou! Acabou! Acabou!

Não é possível que eu vá para o meu Município e tenha que pagar por aqueles que fazem as coisas erradas! Isto é cobrado! Eu não aguento mais e acho que todo mundo está assim!

Então, as coisas que aconteceram há 20 anos atrás, nós é que estamos pagando. Entendo que o momento político é difícil, todos nós passamos por tudo isso, mas aqueles que não conhecem bem, quando se fala em Deputado Estadual, há pessoas que olham achando que somos ladrões. Não podemos viver assim, Deputado. Tem que ter coerência, tem que ter tranquilidade de fazer as coisas corretamente. No momento que saiu 240 e poucos que estavam sendo lotados pode ser que, às vezes, haja exagero, como o próprio Deputado Nereu falou. Acredito que haja tudo, mas deveria ser colocado: este está lotado neste setor, dá o nome; essa pessoa está aqui como jornalista, outro é segurança. Todos iriam entender, mas, no momento em que existe 240 e poucos e não coloca onde essas pessoas estão lotadas, eu não entendi, sou sincero. Será que só eu não entendi? Os outros também não entenderam!

Infelizmente, no meu ponto de vista, houve ainda privilégios para meia dúzia, e isso não pode acontecer mais. Não estamos aqui para brincadeira. Não estamos aqui para, realmente, carregar o erro de alguns no nosso Município. E eu vou mais além, se for preciso também assino junto com aquela metade da Mesa que dividiu. Queremos que as coisas sejam corretas e com transparência, por isso que tem a lista.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Bühner.

Deputado Bühner, compreendo o seu pronunciamento, o seu aparte, e penso que V. Exa. deve se dedicar, se debruçar na lista, e ver os nomes que V. Exa. suspeita de terem migrados. Acho que V. Exa. deve fazer isso. O que eu quero dizer é que não devemos, aqui, poder colocar por debaixo do tapete qualquer questão que seja suspeita, nenhuma. O que penso que é necessário, Presidente, é que a Mesa, não sei quantos dias que a Mesa pediu para poder, responder àquele requerimento, que na verdade é um requerimento que todos nós fazemos. Qual é o requerimento? Publica o nome, a simbologia do cargo que a pessoa ocupa e qual é a lotação na administração, ponto, acabou. Publica no site da Assembleia Legislativa e corrige toda a distorção.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Romanelli, então fez o cadastramento. Recadastrou-se os funcionários. Chegou-se que se tem 23 em cada gabinete. De repente, aparecem sete funcionários a mais. Eles não têm que ir para a administração, eles têm que ir para casa, não têm que ir para a administração. E é isso que estou chamando a atenção do Presidente. Eu não aguento mais ver este Presidente ser massacrado todos os dias, arrebatado, e quando ele fica sozinho não passam perto dele, parece que ele está fedendo como defunto. Isto acontece, os próprios companheiros não passam perto. Aí, vejo companheiros querendo nomear cargo na administração. Isto tem que acabar. Temos que parar com isso. Não existe, Sr. Presidente, volto a dizer, V. Exa. não pode permitir estes cargos na administração, combinamos que eram 23. Se V. Exa. precisa ter 15 no cerimonial, nomeie 15, 10 de garçom, nomeie, mas não tem que ter 258. Deputado que tinha cargo de grande não pode nomear, isso é ilegal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, quero concluir dizendo o seguinte: queria pedir às Sras. e aos Srs. Parlamentares bom-senso, vamos preservar a Assembleia Legislativa, estamos fazendo um trabalho de medidas moralizadoras importantes, é necessário passar tudo a limpo. A Mesa vai publicar a lista da administração. Quem estiver irregular, Presidente, é claro que, V. Exa., a Mesa Diretora, vai tomara as providências. Quem tiver alguma suspeita, leva a suspeita para o Presidente da Casa, apresenta, não é necessário...

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Só gostaria de fazer um pedido ao Presidente: qual é o tempo que temos? Porque temos outros oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Como o assunto, realmente, é palpitante, vários Srs. Deputados queriam apartes, concedemos ao Deputado Romanelli um tempo além do normal, o que acho

que tenha sido proveitoso, em que pese, devo dizer a V. Exas., com toda a franqueza, não fico nem um pouco feliz em ver uma discussão como esta que, realmente, não contribui, podem ter certeza, não contribui para nada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Concordo. É só publicar a lista, Presidente, que está praticamente pronta. Se for possível, na segunda-feira que vem e publicamos no site da Assembleia, as pessoas, a simbologia, os que estão na administração, onde estão lotados e, ponto, acaba com toda essa controvérsia e esse ambiente vai ficar completamente regular. Quem não estiver regular, pode ser até doloroso, mas V. Exa., o 1º e o 2º Secretários assinam o ato e exoneram a pessoa a partir do dia 30 de junho, ponto final e acabou isto. Vamos fazer um projeto de lei trazendo para as lideranças e para a Mesa o princípio da proporcionalidade. Com certeza absoluta, vou encaminhar com as outras lideranças.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB, PRB, PV.

(Declina).

PT. Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de usar o horário da Liderança do PT. Falei com o líder do nosso partido, Deputado Pedro Ivo, para relatar o que aconteceu no domingo, quando foi feita a convenção do Partido dos Trabalhadores, que obviamente todos já conhecem, que fez formalmente a indicação da ex-Ministra Dilma como nossa candidata à Presidência da República. Temos absoluta certeza que ela será a próxima Presidenta da República.

Infelizmente, acho que este debate, que hoje toma conta na Assembleia Legislativa, não pode ficar restrito a dois, ou três, ou quatro Deputados. V. Exa. falou que não é um debate que gostaríamos de estar fazendo e com certeza não o é, mas é necessário que seja feito. Os Deputados Elton Welter, Luciana e os demais do nosso partido, nós conversamos e marcamos reunião, para daqui a pouco. O PT fez um pedido de informações, junto com outros pedidos que estão feitos, alguns foram respondidos parcialmente, outros serão respondidos na sequência.

Deputado Jocelito Canto, quero de público me solidarizar a sua intervenção. Toda vez que um Deputado vem aqui e faz cobranças, parece que o mundo cai. Aparece um outro Deputado, dizendo não, que não pode ser feito desta forma, porque estão jogando para a torcida, estão falando para a imprensa e tentando se promover.

Como se não fosse direito do Deputado vir aqui e usar o horário que lhe é concedido pelo Regimento e falar. Parece, não acho que tenha sido essa a intenção, às vezes, que se tenta colocar panos quentes. Ou seja, os temas que são polêmicos, não fazemos o debate. Não adianta. Não é este ou aquele Deputado, são todos os Deputados.

A Presidência e a Mesa sabem que alguns mais e outros menos estão mais ou menos preocupados, algumas respostas são dadas, outras não. Falei com o Deputado Durval Amaral, há pouco, quando iniciamos a Sessão, que a mesma preocupação que havia sido colocada aqui pelo Deputado Jocelito Canto e ele falou que tinha a responsabilidade de fazer aquelas nomeações, que foram de cargos comissionados. Falei com V. Exa., Deputado Durval Amaral, que colocou exatamente isso, cargos comissionados. É claro, que quando saem notícias como essas que saíram hoje, incomoda a todos.

Há algumas informações que podem ser esclarecidas, como aqui o Deputado Romanelli colocou. Aliás, não só podem, como devem. Tivemos há 20 dias atrás o mesmo tipo de discurso. Vim aqui a esta tribuna e pedi a V. Exa., até me exaltei e não deveria tê-lo feito, que não tivéssemos nomeações feitas ou que as nomeações feitas nas comissões pudessem ser feitas, a partir do entendimento. Quais comissões estavam nomeando? Quem estava nomeando? Por que estava nomeando? Foi o entendimento que tivemos. Mas ficou por isso mesmo.

Inclusive ouvi aqui, que isso é um discurso que não deve ser feito, está se jogando para a torcida. Acho que tudo isso, Sr. Presidente, V. Exa. naquela reunião que foi feita lembrou bem, estamos vivendo um outro tempo. Quem quiser ver que veja. Quem não quiser ver paciência. Queiramos ou não, não dá mais para fazer como um Deputado há pouco inclusive falava: “Olha sei de muitas coisas, mas não quero falar. Tenho muitas denúncias mais não quero contar.” Olha, quem tem acho que deve falar. Como o Deputado Jocelito aqui falou, não podemos nós Deputados ficarmos responsáveis por olharmos a lista e dizer não: esse trabalha. Esse não trabalha. Não sou policial. Não sou policial. Não vou exercer o papel de Polícia.

Deputado Romanelli, V. Exa colocou aqui, claro que não com essa intenção. Mas da forma como é colocado. Olha quem souber que venha entregue para o Diretor. Olha, eu não sou Diretor da Assembleia, não sou da Mesa Diretora, como não são 46 Deputados. Se temos um Diretor de Pessoal, se temos um Diretor Geral, como é que os Deputados vão levar a sua listinha de quem eles acham que trabalha e de quem não trabalha. É o fim do mundo! Não é por aí que as coisas vão funcionar.

Ou, temos de fato, tive oportunidade inclusive de conversar com V. Exa. e tivemos entendimento neste sentido, quem faz isso e é responsável por isso. Ou vamos ficar sempre com esse problema: não parece que tem alguém que estava lá na África do Sul e, agora, veio aqui e se cadastrou. Daí daqui a seis meses, porque não vamos viver a vida inteira com a Gazeta do Povo todos os

dias fazendo isso. Chega uma hora que esse negócio acaba. Mas não é o problema a Gazeta do Povo, o problema, somos nós, a Gazeta repercute, às vezes amplia. Nós é que criamos, então não dá. Definitivamente, não dá para pensar que ainda vivemos num período em que as coisas podem acontecer de um jeito e podem não ser colocados publicamente.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento e acredito que aqui existe uma preocupação muito grande por parte de todos os Parlamentares desta Casa, que é a questão da transparência, é ajeitar a nossa Casa. Pelas denúncias que estão aí se teve erro com certeza o Ministério Público vai dizer isso, a Polícia Federal vai dizer isso.

Agora temos que ter todo o cuidado, para não continuarmos cometendo erros. Agora temos que por a Casa em ordem. É dar toda a transparência possível. Sinto o esforço por parte de muitos Parlamentares, pelo menos a gente sente isso, tenho conversado com vários Parlamentares sobre isso. Vemos as propostas que estão sendo colocadas, sugeridas à Mesa. O Presidente tem acatado essas propostas, ou a maioria.

Não podemos deixar as coisas escuras, ou dúvidas, porque a população do Paraná, hoje nos cobra isso. Cobra dos 54 Deputados. Não tem o menos ou mais. Os 54 são cobrados pela transparência desta Casa.

Então aquilo que podemos fazer agora e que é a nossa obrigação, temos que fazer. Vejo que as informações que buscamos, eu gostaria e, depois a nossa Bancada vai analisar melhor. Mas, informações que buscamos para mim, não esclareceu isso. Precisamos fazer com que as coisas sejam mais claras. Senão que resposta à gente dá para o povo que nos questiona lá fora, hoje. Essa própria questão de diferenças, de lideranças, quem tem mais e quem tem menos. Não pode ser proporcional a quantia de Deputados, liderança é liderança. A liderança do PT precisa de cinco funcionários, são cinco funcionários que precisa para assessorar todos os Parlamentares do PT. Não um ou dois Parlamentares. Assim, acredito que seja o mesmo número necessário para o PMDB, para o PDT, para qualquer partido.

Acho que temos que ter um critério que unifique. Não podemos continuar fazendo com que algumas pessoas ou alguns partidos sejam mais beneficiados.

Quero voltar a frisar aqui, Deputado Tadeu Veneri, que precisamos, estamos tendo oportunidade e percebemos isso, vemos o esforço aqui dos companheiros e companheiras, estamos tendo oportunidade de realmente deixar a Casa em ordem, que é aquilo que o povo do Paraná espera e precisa.

Então, acredito que temos, sim, que agora, mais do que nunca, unir as nossas forças aqui dentro, unir no sentido de buscar e levar para o povo do Paraná a transparência que o povo do Paraná espera de nós, a Casa e a legislação que o povo do Paraná espera daqui.

Outra sugestão, que só queria me somar ao seu pronunciamento, uma preocupação que esta Parlamentar tem, conversava há poucos dias com o Presidente Nelson Justus sobre isso, é justamente com relação às comissões, eu vejo que não precisa ter todos aqueles cargos como foram criados pela Lei nº 16390, já conversava e o Presidente diz que comunga do mesmo pensamento. Então, precisamos, e eu acredito que é uma forma de enxugar também a despesas desta Casa, não precisamos de todos aqueles cargos e, mais do que isto, voltar a frisar que acho importante que se faça concurso público para os cargos em comissão.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentar V. Exa. e até compreendo que para se chegar aos céus, numa casa de anjos, arcanjos e santos, a autoflagelação seja um dos caminhos.

Entretanto, quero só, já que V. Exa. citou este Parlamentar, fazer um esclarecimento que aliás V. Exa. fez, e com muita propriedade, dizer que aquele trabalho que foi desenvolvido por nós, no nosso gabinete, junto aos Srs. Deputados, restringiu-se sim aos cargos comissionados, mas estritamente em relação aos gabinetes parlamentares, às lideranças, às comissões e à Mesa Diretiva da Casa, aqueles cargos comissionados da Mesa, e então nada mais do que isso, e as comissões, até estou sendo cobrado por alguns Parlamentares que efetivamente deveremos, nos próximos dias, acredito, e fica aqui uma sugestão aos líderes partidários e aos Presidentes de comissões, sentarmos todos juntos para definir os critérios, porque algumas comissões necessitam de mais pessoas trabalhando e precisamos definir os critérios e contingenciar os demais cargos, penso que no mínimo 50, 60% desses cargos, para que se possa propiciar às demais comissões para que possam prover os cargos e ficar contingenciados os demais para possível realização de concurso público no próximo ano.

Então, só fazer esta colocação a V. Exa.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Tadeu?

(Assentimento)

Só quero perguntar ao Deputados Durval Amaral, transparência? Quando nomeamos os cargos lá no nosso gabinete, tínhamos que assinar um documento que estávamos nomeando aquelas pessoas.

Eu perguntaria ao Deputado Durval Amaral: quem é que autorizou nomear essas 250 pessoas, essas que não estão em gabinetes e que vieram, migraram de outros lugares? Quem autorizou?

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Só dizendo ao Deputado Jocelito, claro que não cabe aparte entre apartes, mas só dizendo ao Deputado Jocelito que é impossível qualquer indicação, pelo menos

é o que determina a lei, porque cada Parlamentar em cada gabinete é responsável, ele requer nomeação no seu gabinete parlamentar, os líderes requerem a nomeação nas lideranças, os Presidentes de comissões requerem nas comissões, e até alguns Parlamentares questionavam o seguinte: “Mas quem é o chefe da seção?” O chefe da seção, ocasionalmente, pode ser o Parlamentar, quando se referir às comissões, às lideranças e ao gabinete parlamentar. O chefe da seção na administração é o Diretor de Administração; o chefe da seção na diretoria legislativa é o Diretor Legislativo.

Então, só para deixar muito claro, é impossível, de se cumprir o que determina a Lei nº 16390 e a Lei nº 16522, qualquer nomeação sem que haja uma indicação.

Então, isso está efetivamente no departamento de pessoal, isso está no processo, está na lei e nós aqui somos legisladores, nós fazemos a lei. Até o Deputado Jocelito faz esse questionamento, nem precisaria, porque ele também votou a lei, todos nós votamos, todos temos conhecimento da lei, pelo menos pressupõe-se que o exercício do mandato parlamentar, se nós somos legisladores, pressupõe-se o conhecimento daquilo que votamos na Casa e que é sancionado, publicado e se transforma em lei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria pedir a V. Exa. que, em cima do que o Deputado Durval Amaral disse, amanhã vou requerer, a título de informação, como somos Parlamentares presentes na Casa, se pressupõe que saibamos o que estamos fazendo aqui, vou solicitar que V. Exa. remeta a mim, amanhã, todos os que assinaram aquelas nomeações de 258 pessoas, quem são os chefes dos setores, da taquigrafia, dos garçons. Acho que é o que o Deputado acabou de falar, vamos saber quem nomeou os 200.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

V. Exa. está equivocado, eu não tenho função nenhuma nessa questão, eu deixei bem claro e V. Exa. é bom entendedor, V. Exa. é responsável pelas nomeações de seu gabinete. Toda e qualquer nomeação da Casa tem seu responsável, e não sou eu o responsável por isso, de maneira alguma!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, para concluir: o Deputado Durval Amaral deixou claro que não estamos numa casa de anjos, aliás Deputado, não precisa o flagelo, da forma como V. Exa. colocou, para chegar aos céus, porque acredito que não estamos almejando os céus, só estamos almejando, como a Deputada Luciana colocou aqui, uma resposta para a sociedade. Como não temos resposta, obrigatoriamente vamos usar a prerrogativa que os 54 Deputados têm, que é vir à Tribuna e fazer o questionamento.

Então, Sr. Presidente, apesar de tudo, estamos avançando, não tenho dúvida disso. Fica aqui uma última afirmação: vamos fazer uso, eu principalmente, tantas

vezes quantas ache necessário, desta tribuna, independentemente de Deputados que achem que isso é um jogo. Acho que a pior censura que pode haver é a censura intramuros, aquela censura que é feita quando o Deputado vem aqui e diz que estão envenenando o ambiente, estão querendo jogar para a torcida, porque eu sei de muitas coisas, mas não digo. Acho que é a nossa obrigação, Sr. Presidente, e V. Exa. já fez isso várias vezes, a nossa obrigação - não como Deputado, e não fica isso para ninguém, mas para mim serve - a nossa obrigação é quando sabemos, como cidadãos, de qualquer ato irregular, por lei temos a obrigação de vir, publicamente, e falar.

Então, aquele papinho que ouvi por aí que não devemos fazer isso ou aquilo, é uma questão pessoal. Pessoalmente, e falo em nome dos Deputados da nossa bancada, tenho certeza que todos, ou a maioria dos Deputados, quer a transparência. A transparência será obtida na medida que nós tenhamos coragem, que às vezes é duro, parece autoflagelação, não é, não é o caminho para os céus também, mas é o caminho para que a sociedade tenha uma resposta daqueles que ela, arduamente, paga com seus impostos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, no horário da Liderança do Governo.

Liderança do Governo: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, queria só comunicar à Casa que, conforme o dia de ontem, nos comprometemos com o líder Elio Rusch de trazermos qual é a participação acionária da CODAPAR. Nós assim o fizemos e já entregamos ao Deputado Elio Rusch essa composição, justificando e demonstrando que o FDE é acionista da CODAPAR, com 20,6%, e o Governo do Estado tem 74,93%. Nesse aumento que se pretende com a CODAPAR haverá um aumento de capital de 10 milhões 292 mil. Mas todos os acionistas complementarão proporcionalmente a sua parte. Portanto, a parte do Governo será maior parte, visto que ele tem a maior parte das ações.

Da mesma forma, Sr. Presidente, para orientação da bancada e mais uma vez gostaria de solicitar à Liderança da Oposição que esse Programa RECAP, que atende aos Municípios do Paraná, é um anseio dos Municípios do Paraná, principalmente dos pequenos Municípios, porque essa suplementação que faremos aqui na Assembleia ocasionará, com recursos do Tesouro, que se possa fazer o asfaltamento urbano que ajuda tantos e tantos Municípios do nosso Estado, que fazem sua malha asfáltica urbana e não possuem condições, muitos deles, da sua recuperação. A grande maioria não possui máquinas para fazer esse trabalho e as ruas ficam esburacadas, defeituosas, ocasionando acidentes. E indiscriminada-

mente nos Municípios do Paraná, independente da posição política ou partidária dos Prefeitos, serão executados já com quilometragem pré-determinada quanto se fará em cada Município.

Contestava o Deputado Elio Rusch que nós corríamos o risco de inviabilizar os Municípios em razão do FDE e do FDU. Também solicitei, na tarde de ontem, ao Secretário do Planejamento, no seguinte sentido:

(Lê):

MEMORANDO Nº 009/10

*De: Coordenação de Orçamento e Programação - COP
Para: Diretoria Geral da SEPL - DG/SEPL*

Em atendimento ao solicitado, esta coordenação vem informar que os valores necessários à implantação do Programa RECAP - Recuperação Asfáltica de Pavimentação, serão oriundos dos recursos não vinculados do Tesouro Geral do Estado e não serão provenientes de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE nem de recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU.

Curitiba, em 14/06/10.

*(a) JOÃO OTÁVIO FARIA BORGES DE SÁ
Coordenador da COP/SEPL*

Portanto, o próprio Estado está informando que não haverá recursos do FDE e FDU. Como estamos próximos do período em que convênios podem ser firmados, eu, mais uma vez, insistiria ao Deputado Elio Rusch, que representa a Oposição, que não fizéssemos emenda nesse projeto. E diante da informação do Governo, Deputado Rusch, poderíamos aprovar o projeto e V. Exa. apresentaria um projeto na sequência, proibindo a utilização dos recursos do FDE e do FDU, e votaríamos aqui na Assembleia o seu projeto de lei, garantindo por lei que esses recursos não podem ser utilizados. Seria uma questão de darmos o nosso apoio e a nossa colaboração aos Municípios do Paraná que anseiam por esse programa há bastante tempo. E poderíamos assumir que ao invés da emenda de V. Exa. aprovássemos o projeto na sua forma original e V. Exa. entraria com um projeto, na sequência, fazendo com que constasse numa lei específica de que recursos do FDE e FDU não possam ser utilizados no Programa RECAP.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Lógico que recebemos as informações que V. Exa. acaba de relatar. Mas é importante que se frise, que lógico, é uma informação que a Secretaria do Planejamento passa a V. Exa. e o senhor, como Líder do Governo, tem repassado para nós o ofício dirigido, informando que o Estado não irá usar os recursos do Tesouro Geral e também não irá usar os recursos nem do FDE nem do FDU, mas isso na verdade é um ofício, e acreditamos que o Governo jamais iria usá-los.

Nada impede Deputado Caíto, de colocarmos no corpo da lei proibindo o uso destes recursos para os dois fundos. Da mesma forma, no mesmo projeto e nós discutindo ontem com outros Parlamentares, também, uma outra emenda que entendemos que ela é necessária. Por que ela é necessária? Porque no corpo da lei o Governo do Estado diz que 332 Municípios serão beneficiados com dois quilômetros. Lógico que Municípios com menos de 50 mil habitantes e 32 Municípios com mais de 50 mil habitantes serão beneficiados com três quilômetros de recuperação asfáltica nas duas respectivas vias urbanas. Somando isso dá 364 Municípios. Lógico que teria uma sobra de 35 Municípios no Estado do Paraná que não estariam contemplados.

A segunda emenda que estamos apresentando, até para não atrapalhar o próprio projeto do Governo do Estado para beneficiar os Municípios, temos uma emenda que diz o seguinte: “Que após a publicação da lei o Governo do Estado informe a Assembleia Legislativa quais os Municípios que foram beneficiados com a respectiva quilometragem e metragem que cada Município tem, porque há uma sobra de 260 quilômetros de asfalto, se não me falha a memória, isso consta na mensagem do Governo do Estado, que isto seria redistribuído entre alguns Municípios.”

Como isto não está claro e como vamos votar e se fala tanto em transparência e fazer as coisas às claras, nós na Comissão de Finanças, Deputado Dobrandino que esteve presente, presidida pelo Deputado Edson Strapason, nós procuramos até liberar o projeto o mais rápido possível para que os Municípios do Estado do Paraná pudessem ser atendidos.

É importante, Srs. Deputados, que a Assembleia Legislativa possa ser informada quais os Municípios que foram atendidos e que serão atendidos com os dois quilômetros. Falam em 332 e de 32, isso dá 264 Municípios e no Paraná temos 399 Municípios. Lógico, 35 Municípios não serão beneficiados. Segundo a mensagem do Governo do Estado diz que os 240 quilômetros serão redistribuídos entre os 332 Municípios.

Para não atrapalhar o projeto nós apresentamos estas duas emendas. São emendas pertinentes até para que nós Deputados e a Assembleia Legislativa, possa exercer efetivamente o papel de fiscalização e saber quais os Municípios que são beneficiados e serão beneficiados com estas obras. Não é por causa de um dia, dois dias ou uma semana que vamos atrapalhar este projeto. Em absoluto, porque segundo consta o próprio Deputado Caíto Quintana, tem relatado parece que o próprio Governo do Estado vai licitar essas obras e nem vai poder repassar os recursos para os Municípios.

Então, isto não atrapalha de forma alguma o projeto do Governo. Se quiséssemos atrapalhar poderíamos ter atrapalhado na Comissão e não fizemos.

O que nós queremos, é que seja esclarecido efetivamente. Porque volto a dizer que da forma como o projeto foi elaborado é a primeira vez que entendo que estamos votando dessa forma. A lei está clara quando você abre um crédito especial, abre um crédito

suplementar no orçamento vigente, você diz qual é o valor que você está suplementando. A legislação está clara, ela diz que você tem que dizer a fonte da origem e o projeto não diz. Não estamos nem pedindo isto. O que o Governo do Estado fez, é que ele remeteu os recursos para a cobertura da suplementação e são aqueles provenientes de acordo com o artigo 43, da Lei nº 4320 no artigo 43 e seus incisos.

Quer dizer, tecnicamente o projeto está bem elaborado, mas nós não queremos nem questionar isso. O que estamos questionando e já foi respondido pelo Líder do Governo que não se irá usar os recursos do FDE e nem do FDU, mas vamos pôr isso no corpo da lei. Da mesma forma como os Municípios que são atendidos, porque 35 Municípios não serão atendidos de acordo com a mensagem do Governo. Quais são os Municípios?

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, concluo. Deputado Elio Rusch, não vou nem argumentar porque sinto que V. Exa. tem vontade total de emendar o projeto. Agora, acho absolutamente desnecessário que no corpo de uma lei conste qual é o Município e qual é a quilometragem, até porque a Comissão de Finanças desta Casa recebeu, por um pedido de informação, esta informação precisa do Governo. A Comissão de Fianças, requereu antes de votar e recebeu a informação, sendo que acho que foi o Deputado Dobrandino quem relatou.

Mas, de qualquer forma, Sr. Presidente, está um requerimento na Mesa e nós não vamos nos delongar nesta disputa. Há um pedido de transformação do Plenário em Comissão Geral caso não consigamos fazer a reunião da CCJ para a próxima Sessão, porque o que afirmo é que o tempo urge para esta mensagem e não podemos prejudicar os Municípios do Paraná que estão aguardando esta suplementação para poderem ter o recape asfáltico. Os Municípios não elencados na lei são os de grande porte, onde não se justifica, porque para um Município como Curitiba você não vai dar dois quilômetros de recuperação asfáltica. São os Municípios de pequeno e médio porte os contemplados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas para poder contribuir. Passei para o Deputado Caíto Quintana a Liderança do Governo e era eu quem estava cuidando desta mensagem em projeto de lei. Tenho no gabinete, trarei na Sessão de amanhã e distribuirei a todos os Srs. e Sras. Parlamentares cada um dos Municípios, quais são os critérios e como eles estão contemplados. Está absolutamente detalhado tecnicamente, é um projeto extremamente bem efetuado e quero dizer que o Deputado Caíto Quintana tem razão.

Quero chamar a atenção aqui dos Parlamentares que têm compromisso com os Municípios que representam porque este projeto tem que ser votado até amanhã, sob o risco de não conseguirmos realizar essas obras que são absolutamente importantes, porque sabemos que os Municípios necessitam muito desta pavimentação asfáltica.

Era isso!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 14 de junho do corrente ano, devido ao fato de estar participando da Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, com apoioamento da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Elton Welter, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1984, de autoria do Deputado Caíto Quintana, com apoioamento dos Deputados Nereu Moura, Luiz Claudio Romanelli, Jocelito Canto e demais Deputados, constante do expediente, requerendo a transformação da Sessão Ordinária de 16/06/10, em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 219/10. Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo Regimental de 24 horas, incluir na Sessão Plenária para deliberação à Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, só para deixar que não posso concordar com o Deputado Romanelli. O Romanelli que não venha aqui na Sessão querer dar “pito” em ninguém. Acho que estamos legislando, estamos fiscalizando os atos e o dinheiro e são R\$ 100 milhões que o Governo do Estado está solicitando. Não estamos impedindo, não estamos atrapalhando de forma alguma, mas pelo contrário, porque colaboramos na Comissão de Finanças, assim como na Comissão de Constituição e Justiça também se colaborou para que o processo andasse. Então, não posso aceitar, de forma alguma, a forma com que o Deputado Romanelli vem colocar as suas questões.

Faço uma solicitação e, lógico que o Deputado Caíto Quintana nos transmitiu que iria apresentar o requerimento pedindo a transformação do Plenário em Comissão Geral para amanhã. É praxe na Casa e ao menos não temos transformado o Plenário em Comissão Geral. Faço um pedido, para que talvez a Comissão de Constituição e Justiça consiga fazer uma Sessão Extraordinária amanhã, nem que seja para analisar exatamente essas duas emendas. Caso a Comissão de Constituição e Justiça não dê o parecer nestas duas emendas, aí tudo bem: vota-se o requerimento do Deputado Caíto Quintana e transforma-se depois o Plenário em Comissão Geral. Agora, não posso aceitar, de forma alguma, qualquer pecha em cima deste Parlamentar e em cima da Bancada de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Já recebemos o requerimento do Deputado Quintana e diversos Srs. Deputados protocolaram, decorre-se o prazo de 24 horas, e se efetivamente houver a reunião da CCJ, caso não haja a reunião, e aí depende do Presidente e dos membros, nós transformamos o Plenário em Comissão Geral amanhã.

Recebido. Protocole-se. Decorrido o prazo regimental de 24 horas incluir na Sessão Plenária para deliberação. À Diretoria de Assistência ao Plenário, para providências.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, que é extremamente importante, solicito aos Srs. Deputados um minuto de atenção, por favor.

Discutimos hoje pela manhã em função da manchete de um jornal, discutimos acaloradamente, e eu tenho me mostrado um bom ouvinte. Eu ouvi a todos, ouvi com muito respeito as colocações do Deputado Jocelito Canto, concordo perfeitamente com o que disse o Deputado Stephanes, o Deputado Romanelli, o Deputado Tadeu.

Olha, o momento que vivemos é de muita cautela, é de muita calma. Tivemos pessoas que efetivamente trabalharam exaustivamente para que nós pudéssemos construir alguma coisa positiva. Ninguém pode duvidar aqui de que a nossa Assembleia é outra, faltam algumas coisas para concluirmos, é evidente que faltam. Vamos colocar o livro ponto, não vamos admitir realmente que haja qualquer tipo de dúvidas, a quem quer que seja. Restam algumas questões que têm que ser acertadas não podemos errar desta vez, não podemos deixar dúvidas, como o organograma, onde cada um está colocado, onde cada um está, onde não está, se houveram algumas imperfeições, como eu acho que há, como é o caso da desproporcionalidade na questão das comissões, eu acho que isto não é correto, é uma opinião minha, e podemos consertar, existem questões na própria lei que podem ser mudadas.

Ora, somos nós que fazemos as leis, nós temos que procurar fazê-las para melhorar. Agora, não é realmente com picuinhas pessoais, questões pessoais deste ou aquele que vamos conseguir chegar aonde queremos chegar. A Mesa está com as portas, os braços abertos para receber todas as dúvidas.

Ontem, tivemos uma reunião demorada com os membros da Mesa para discutir as questões, teremos quantas forem necessárias, e é importante que as pessoas opinem sim: “Olhe, isto aqui não está certo, podemos modificar. Isto aqui está errado”. Todo mundo está colaborando. O que não podemos é jogarmos nas mesmas valas e ficarmos nos atirando, uns contra os outros. Isso não é bom. Agora, ouviremos a todos e corrigimos as distorções, nós haveremos de corrigi-las sim. Não vamos recuar, não podemos errar mais. Estamos pagando um tsunami de 30, 40 anos atrás, e nós estamos pagando este preço. E vocês sabem muito bem do que eu estou falando. Temos que corrigir o rumo? Estamos corrigindo. Agora, vamos corrigir juntos? Vamos corrigir juntos, mas com calma, com equilíbrio, com bom senso. Nós haveremos de corrigir sim. Peço a vocês, encarecidamente, que tenham paciência, que tenham calma, e que confiem nas pessoas que estão procurando acertar o rumo desta Casa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/10, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Palotina (ADOSP), com sede e foro no Município de Palotina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 205/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Palotina (ADOSP), com sede e foro no Município de Palotina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/06/10.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 238/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Músicos do Oeste do Paraná - AMO, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 054/10, de 25/05/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/10, que altera a redação do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 16350, de 22/12/09. (Operação de Crédito junto ao BIRD). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 219/10

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 219/10, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 042/10, tem por objetivo acrescentar à redação da proposição um novo dispositivo a ser numerado como parágrafo único do artigo 1º, conforme redação que segue:

Art. 1º...

Parágrafo Único. O Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 30 dias a contar da publicação desta lei, a relação dos Municípios contemplados com as obras do Programa RECAP, especificando a metragem de recuperação asfáltica em cada um deles.

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Fernando Scanavaca, Antonio Belinati, Ademir Traiano, Marcelo Rangel e Douglas Fabrício.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que segundo os esclarecimentos do Governo sobre a distribuição das obras do RECAP entre os Municípios do Estado, consta que os 394 Municípios com ruas asfaltadas serão beneficiados.

Considerando que na demonstração dos critérios de distribuição consta que somente 364 (32+332) Municípios serão contemplados, resta uma diferença de 30 Municípios que não receberão obras do RECAP.

Necessário que se informe o porquê da exclusão de tais Municípios, ainda que de maior porte, porque são justamente estes Municípios, normalmente cidades pólo, que concentram, na sua periferia, bolsões de pobreza, também carentes de obras de infraestrutura.

Além disso, 240 km a serem recuperadas estão destinados a distribuição entre 332 Municípios, sem que se especifique a metragem destinada a cada um deles.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 219/10, de autoria do Poder Executivo conforme Mensagem nº 042/10, tem por objetivo alterar a redação de seu artigo 3º, conforme segue:

“Art. 3º Em decorrência do contido no artigo 1º, fica também autorizada a inclusão do Projeto Orçamentário nº 6902.15451081.139 - Investimentos em Infraestrutura Urbana nos Municípios - no orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, vedada a utilização de recursos provenientes do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano e do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico para execução do programa previsto nesta lei.”

Sala das Sessões, em 15/06/10.

(a) ELIO RUSCH

Apoiamento:

Fernando Scanavaca, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Marcelo Rangel e Douglas Fabrício.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo preservar da dilapidação os recursos do FDU e do FDE, já comprometidos com programas de desenvolvimento urbano e econômico, conforme projetos e programações já definidos pelos Municípios e pelo Estado, muitos em fase de execução.

Tal vedação impede que um novo direcionamento seja dado aos recursos do FDU e do FDE em ano eleitoral.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/10, que autoriza a abertura de créditos adicionais ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, que visa a implantação do Programa Estadual de Recuperação Asfáltica de Pavimentos em Vias Urbanas - RECAP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos: Já convencionamos sobre isso, ou essas emendas vão para a CCJ amanhã ou para a Comissão Geral aprovada aqui na data de hoje. Portanto, constará amanhã na Ordem do Dia, dependendo como decidir a CCJ ou a Comissão Geral.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/10, dispõe sobre o capital social da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJA, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 129/08, de 03/11/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 467/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJA, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto a legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 467/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública a Associação da Juventude de Almirante Tamandaré - AJAT, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.”

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/10, que extingue o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM e denomina a Minerais do Paraná S/A de MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 012/10, de 02/03/10, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 072/10

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de iniciativa do Poder Executivo, tem por escopo extinguir o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, seguindo determinação do Tribunal de Contas do Paraná, e denomina a Minerais do Paraná S/A

de MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná, objetivando adaptá-la à missão e aos objetivos colimados por disposição constitucional.

Fundamentação do parecer

Inicialmente importa destacar que a Constituição Federal estabelece em seu artigo 23, XI a competência comum dos Estados, Municípios e da União o direito de legislar sobre a matéria objeto desta proposição, *literis*:

(...)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

(...)

Mas é o artigo 173 da Constituição Federal e seus incisos que define a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista. Segundo Helly Lopes Meirelles, homenageado administrativista, a “Competência para instituir empresas estatais é da União, dos estados-membros e dos Municípios. (...) A criação de empresa pública ou sociedade de economia mista depende de lei específica autorizadora”¹. Assim dispõe o referido artigo, *literis*:

(...)

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A Constituição do Estado do Paraná em obediência aos preceitos constitucionais insertos nas regras de competência concorrente e comum entre a união e as unidades federadas e seus Municípios, define em seus artigos 12, XI e 164 e incisos, como competência privativa do comandante do executivo a criação, estruturação e administração das empresas de economia mista, *literis*:

(...)

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

(...)

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

(...)

Art. 164. O Estado, na forma da lei, promoverá e incentivará a pesquisa do solo e subsolo e o aproveitamento adequado dos seus recursos naturais, sendo de sua competência:

1.Hely Lopes Meirelles - Direito Administrativo Brasileiro 28ª Edição pag. 351.

I - organizar e manter os serviços de geologia e cartografia de âmbito estadual;

II - fornecer os documentos e mapeamentos geológico-geotécnico necessários ao planejamento da ocupação do solo e subsolo, nas áreas urbana e rural, no âmbito regional e municipal.

(...)

Logo a mensagem do Governo está perfeitamente enquadrada dentro das normas e dos pressupostos de admissibilidade legislativa sendo legítima a sua iniciativa e perfeita a sua constitucionalidade no âmbito estadual.

Técnica legislativa

No que se refere à técnica legislativa o projeto de lei em análise não encontra nenhuma vedação prevista nas normas técnicas de elaboração das leis encampadas pela Lei Complementar nº 095/98.

Impacto financeiro

Examinando a justificativa da iniciativa do Governo nas alterações propugnadas, do ponto de vista orçamentário, verifica-se, segundo relatório do TC - Tribunal de Contas que a extinção da FUPAM está sendo determinada por conta da aprovação das contas do Governador - exercício de 2008, registrando que o fundo não possui movimentação orçamentária e nem financeira há mais de três anos.

Por outro lado vértice as alterações da MINEROPAR, em especial a do artigo 4º que altera o artigo 9º da Lei nº 9938 de 21/10/77, acresce como recurso daquela instituição, além dos decorrentes do seu patrimônio constitutivo, mais os originários da cota pertencente ao Estado da Compensação Financeira pela Exportação de Recursos Minerais - CFEM, na sua totalidade.

Ao que tudo indica tais recursos estão sendo apenas realocados e já estão previstos nas dotações orçamentárias não causando nenhum impacto financeiro frente a Lei nº 101/00 de Responsabilidade Fiscal, sendo despicando qualquer apresentação de impacto financeiro.

Conclusão

Diante do exposto sendo legítima a iniciativa do Poder Executivo apresentada pelo projeto de lei em análise, não existindo nenhum óbice do ponto de vista da elaboração das leis, bem como qualquer comprometimento financeiro, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 072/10

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como escopo alterar a Lei Estadual nº 6938/77, extinguindo o Fundo Paranaense de Mineração, e modificando a denominação da sociedade de economia mista Minerais do Paraná S/A para MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL - SEIM.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz de Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice à tramitação do projeto, mas na forma das emendas substitutiva e modificativa anexas, que se justificam pela desnecessidade de extinção do fundo, além de acatar sugestão da SEPL em corrigir redação do texto.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto em tela na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 12/05/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 072/10

P A R E C E R :

Ficam suprimidos do texto original os artigos 1º e 6º do Projeto de Lei nº 072/10, reenumerando-se os demais.

Sala das Comissões, em 12/05/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 072/10

P A R E C E R :

Fica alterado o artigo 4º do Projeto de Lei nº 072/10, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

Art. 9º (...)

I - da cota pertencente ao Estado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, na sua totalidade.”

Sala das Comissões, em 12/05/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DA COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 072/10

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de iniciativa do Poder Executivo, que tem por escopo extinguir o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, seguindo determinação do Tribunal de Contas do Paraná, e denomina a Sociedade de Economia Mista Minerais do Paraná S/A de MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná, objetivando adaptá-la à missão e aos objetivos colimados por disposição constitucional, passou pela Comissão de Finanças e dela recebeu duas emendas, sendo uma supressiva e a outra corretiva.

O presente projeto de lei recebeu parecer favorável deste relator cujo parecer foi apresentado na CCJ do dia 09/03/10, impondo-me agora a análise das emendas da Comissão de Finanças em número de duas. A primeira emenda propõe suprimir os artigos 1º e 6º e a segunda emenda altera o artigo 4º. Segundo aquela comissão não há necessidade de extinção do fundo. É que o artigo 1º da Mensagem do Executivo extingue o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 6938 de 21 de outubro de 1977. Aquele artigo criou o FUPAM. Pelo raciocínio da Comissão de Finanças em não havendo necessidade da sua extinção, fica o artigo 1º do projeto de lei prejudicado devendo, segundo aquela comissão, ser excluído. Por sua vez o artigo 6º do projeto de lei revoga os artigos 2º, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 e parágrafo único 20 e 22 da referida lei, que também deve ser excluído pela emenda supressiva da Comissão de Finanças, que por contingência os artigos ali mencionados tratam em termos gerais dos recursos e da constituição do FUPAM. O artigo 2º, por exemplo, da Lei nº 6938/77, mas especificamente, trata da constituição do FUPAM e os demais artigos da administração dos seus recursos. Com a proposta de extinção do FUPAM pelo Governo, os referidos artigos tornaram-se inócuos, razão da revogação propugnada pela Comissão de Finanças.

Fundamentação do Parecer

Cabe a esta comissão analisar os aspectos da constitucionalidade e legalidade dos projetos de leis bem como das possíveis emendas de plenário ou de outras comissões. Logo a questão de mérito das emendas é de competência do Plenário desta Casa. Para isto é preciso analisar se as emendas propostas encontram arrimo na legislação infraconstitucional e no Regimento Interno desta Casa. Segundo diretrizes do artigo 29, parágrafo 1º, III, do RIALEP, depois de eleita a Mesa organizar-se-à as comissões permanentes, dentro de 15 dias, e a tais comissões nas suas respectivas áreas de atuação, compete, entre outras funções, apresentar subemendas, *verbis*:

{...}

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de 15 dias.

§ 1º. As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

...

II - emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

{...}

Assim que com esquite no Regimento Interno as emendas estão revestidas de legalidade podendo prosseguir o trâmite legislativo.

Conclusão

Diante do exposto, sendo legítima a iniciativa das comissões internas da ALEP apresentada na forma de emenda ao projeto de lei em análise, não existindo nenhum óbice do ponto de vista da elaboração das leis, bem como qualquer comprometimento financeiro, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JUNIOR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/10, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 721/10, que dispõe que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados em 7,07% a partir de 1º de maio 2010, e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 054/10, de 25/05/10, em Ofícios).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 243/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem o objetivo de dispôr reajustar os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais.

Fundamentação

O projeto de lei em análise foi proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e tem por objetivo reajustar os valores dos vencimentos de seus funcionários.

Quanto à iniciativa do projeto, devemos observar que a Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 101, a competência privativa do Tribunal de Justiça para propor à Assembleia Legislativa a alteração da remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõe os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal;

Desta forma, não há óbice quanto a propositura, por parte do Tribunal de Justiça, de Lei Estadual com o objetivo de reajustar os vencimentos de seus membros, encontrando respaldo no artigo supracitado.

Devemos também observar que, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00, toda ação governamental que acarrete aumento de despesa deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tem adequação orçamentária e financeira com a lei anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
(grifos nossos)

O projeto de lei em análise traz, em anexo, a declaração do Presidente do Tribunal de Justiça de que as suas despesas apresentam a adequação do que trata o inciso II do artigo 16 da norma supracitada.

Além disso, em sua justificativa, o autor traz a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o inciso I do mesmo artigo. Desta forma, não há óbice na Lei Complementar 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal.

Ainda, quanto a técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista sua constitucionalidade, somos pela aprovação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 243/10

P A R E C E R :

O presente parecer tem cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, examinando a proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de dispor que os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro Judicial e aos Juizados Especiais, ficam reajustados em 7,07% (sete vírgula sete por cento), a partir de 01/05/10, e adota outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná ou pela ParanaPrevidência, quando couber.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta do reajuste fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira e às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e também tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16369/09) e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008/2011 (Lei Estadual nº 15757/07).

Diante do exposto, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, manifestando assim, parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/06/10.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas das Despesas dos Srs. Deputados, mês de maio de 2010. Resoluções nº 003/04 e nº 003/09. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de maio de 2010.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
Apoiamento:
Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Plauto Miró, Francisco Bühner e Wilson Quintero.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 024/10

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, prestando contas de verba dos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados,

referente ao mês de maio de 2010, prevista na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

Entende este Relator, após análise dos documentos entregues, que as despesas constantes da Proposição nº 024/10 encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, atendem sua regulamentação, e portanto, não restam quaisquer dúvidas quanto á exatidão das contas apresentadas, concluindo pelo parecer favorável - **Aprovado.**

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1974 a 1977, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1978 e 1979, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1981, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1983, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1987, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1988, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1989, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1992 e 1993, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para solicitar que os Deputados compareçam na Sessão de amanhã, porque é muito importante que venhamos discutir, aprovar ou não aprovar, mas discutir e chegar ao final nessa suplementação orçamentária para o programa RECAP. Volto a insistir, com o atraso da votação dessa matéria poderemos prejudicar muito e muitos Municípios do Paraná que estão esperando por ela, principalmente a bancada de apoio.

Muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/10.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 585, 484/09 e 135/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 467/08, 072, 243/10 e do Projeto de Resolução nº 018/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0466/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2593/10, datado de 29/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a TADEU LUCA, matrícula nº 40864, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-04, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos da Emenda Constitucional nº 041 de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2210/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o previsto no artigo 6º e parágrafo único da Lei nº 16522/10.

R E S O L V E :

delegar ao Diretor Geral, Dr. ERON ABOUD, as funções de regulamentação dos procedimentos relativos à posse do servidor nomeado por este Poder.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14/06/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 469/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar o servidor MARIO JOSÉ DE RAUEN BACELLAR FILHO Matrícula nº 40690, para prestar serviços junto ao COPELEGIS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/06/10.

(a) ERON ABOUD
Diretor Geral

PORTARIA Nº 0471/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8252, datado de 01/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, BASILIO CABREIRA, matrícula nº 40029, de cento e vinte (120) dias, a partir de 01/06/10, com término em 28/09/10. CID. 10 I 63.5 e I.64.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/06/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0472/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8245, datado de 01/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LILIANA LACERDA ANDRE, matrícula nº 40070, de cento e vinte (120) dias, a partir de 01/06/10, com término em 28/09/10. CID. 10 G20.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/06/10.

(a) ERON ABOUD
Diretor Geral

PORTARIA Nº 0475/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar o servidor THARCÍLIO GAMARROS DOS SANTOS, matrícula nº 9111, para prestar serviços junto a Diretoria de Serviços Especiais - CEPE.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10/06/10.

(a) ERON ABBoud

Diretor Geral

PORTARIA Nº 0477/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar JOSÉ EDUARDO MULLER FARIA, matrícula nº 41257, para exercer suas atividades junto à Coordenadoria da Segurança.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/06/10.

(a) ERON ABBoud

Diretor Geral

PORTARIA Nº 0478/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora SANDRA TEREZINHA MUNIZ M. BORGES DE MACEDO, matrícula nº 40133, para prestar serviços junto a Diretoria de Apoio Técnico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/06/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0485/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, previstas no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 052/84,

R E S O L V E :

determinar ao Coordenador da Gráfica e Coordenador de Processamento de Dados que todas as publicações só poderão ser levadas a efeito após vistas pelo Diretor Geral.

Cumpra-se.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/06/10.

(a) ERON ABBoud

Diretor Geral

Comissão de Constituição e Justiça**Extrato**

OFÍCIO Nº 079/10

Curitiba, 14/06/10.

Senhor Diretor:

Considerando o quanto disposto na Constituição Federal de 1988, em especial no que concerne aos princípios da publicidade e devido processo legal e ainda o disposto no artigo 5º, XIV, e no artigo 37, vem a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tornar público, através desse Diário Oficial do Poder Legislativo Estadual, o EXTRATO contendo em suma o resultado da Reunião realizada em 14/06/10, para os fins previstos no artigo 33, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, a saber, interposição de Recursos aos pareceres apresentados nessa Comissão Permanente, que se seguiram na seguinte forma:

Projeto de Lei nº 124/10 - PARECER FAVORÁVEL

Projeto de Lei nº 183/10 - PARECER FAVORÁVEL

Proposição Veto Parcial nº 028/10 - PARECER FAVORÁVEL

Projeto de Lei nº 011/10 - PARECER CONTRÁRIO

Projeto de Lei nº 125/10 - PARECER CONTRÁRIO ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO

Projeto de Lei nº 184/10 - PARECER CONTRÁRIO

Projeto de Lei nº 195/10 - PARECER CONTRÁRIO

(a) DURVAL AMARAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Atas de Comissões**Finanças****COMISSÃO DE FINANÇAS****3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA****ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, às 11:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Luiz Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Professor Lemos, Luiz Nishimori, Dobrandino da Silva, Reni Pereira e Antonio Belinati. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos, ao mesmo tempo em que solicita ao Sr. Secretário da Comissão que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O Deputado Elio Rusch solicita a dispensa da leitura sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 154/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/09, dispõe sobre aprovação de abertura de crédito especial, ao vigente orçamento do Fundo Estadual da

Saúde - FUNSAUDE, no valor de R\$1.660.000,00 (hum milhão, seiscentos e sessenta mil reais). Relator Deputado ELIO RUSCH, esclarecendo que esta matéria foi baixada em diligência, junto a Secretaria de Saúde e a mesma não respondeu aos questionamentos formulados. Posteriormente, novamente baixamos em diligência, junto a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e para nosso espanto, também não respondeu aos questionamentos. Desta forma estou devolvendo a matéria para a presidência da Comissão designar outro Relator, mas não sem antes deixar registrado algumas ponderações: Quando o Relator apresenta um parecer solicitando diligência para qualquer órgão, é porque ele necessita desta resposta para embasar seu parecer. Quando este parecer não é atendido, está se desrespeitando a Comissão Permanente da Casa e por extensão a própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O Sr. Presidente determina a Secretaria da Comissão, que elabore um ofício endereçado a Secretaria de Estado da Saúde, solicitando com a máxima urgência as respostas aos questionamentos formulados. Com estas respostas designaremos um novo relator. O Sr. Presidente designou o Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com as abstenções dos Deputados Elio Rusch, Reni Pereira e Antonio Belinati. Nesse momento assume a presidência da Comissão o Sr. Deputado Reni Pereira.

02) Projeto de Lei nº 677/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 122/09, solicita aprovação de ajuste orçamentário e de obras no valor de R\$5.425.115,00 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e quinze reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Relator Deputado EDSON STRAPASSON. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O Sr. Deputado Elio Rusch requer seja registrado em Ata, o encaminhamento de expediente ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval do Amaral e ao Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, para que a

Comissão de Constituição e Justiça analise a constitucionalidade das matérias a ela afeta, e que lá não se receba ou se apresente emendas de cunho meritório, pois estas são de competência das demais comissões permanentes da Casa e desta forma, estas comissões poderão desenvolver o papel para o qual foram constituídas. O Sr. Presidente concorda com o Deputado Elio Rusch, e ainda, observa que as Comissões da Casa perdem muito o estímulo para debater o mérito das proposições. De igual modo, podemos observar que existem projetos que ficam na Comissão de Constituição e Justiça por três a quatro meses, e quando são enviados para nossa Comissão, temos que emitir o parecer de maneira rápida, sem o devido tempo para uma análise apurada. O Deputado Luiz Nishimori manifesta sua concordância com o requerimento proposto pelo Deputado Elio Rusch. Salienta ainda, o Deputado Elio Rusch, que caso esta Comissão receba um projeto vindo da Comissão de Constituição e Justiça com Emenda de mérito, negaria-se a relatar e entende que a Comissão de Finanças também não deveria relatar. Na sequência, o Sr. Presidente coloca o requerimento do Deputado Elio Rusch em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Porém, o mesmo será encaminhado no próximo ano. Ao terminar mais uma sessão legislativa, gostaria de apresentar a Sinopse dos trabalhos da Comissão. Neste segundo semestre tivemos 06 (seis) reuniões ordinárias e 04 (quatro) reuniões extraordinárias. Onde recebemos um total de vinte e quatro projetos, sendo vinte e um favoráveis, um contrário e ainda dois encontram-se sem parecer conclusivo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos encerrando os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON LUIZ STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

